

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

PEDRO LOPES DA PONTE

UNITING FOR PEACE: UM HISTÓRICO DAS SESSÕES
ESPECIAIS DE EMERGÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

PEDRO LOPES DA PONTE

UNITING FOR PEACE: UM HISTÓRICO DAS SESSÕES
ESPECIAIS DE EMERGÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr Pío Penna Filho

Banca Examinadora:

Prof. Dr Pío Penna Filho

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Doutorando Luiz Fernando Castelo Branco Rebello Horta

BRASÍLIA

2017

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Pio Penna, pela orientação, comentários e correções para este trabalho.

Aos meus pais, pelo o apoio constante durante todo o curso e na produção deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas da Universidade de Brasília, pelos bons momentos e oportunidades para expandir meus horizontes.

Aos meus amigos e colegas que fiz ao longo dos vários eventos da SiNUS, AMUN, UFRGSMUN, TEMAS e FAMUN, pelas ótimas experiências e pela ajuda em definirem um tema para este estudo.

Resumo

Este trabalho realiza um levantamento inicial sobre as 10 Sessões Especiais de Emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas, principalmente por meio das resoluções aprovadas nestas sessões. Apresenta uma breve descrição sobre cada uma das sessões, explicando as situações com que lidaram e as discussões de suas reuniões. Muitas das crises discutidas nestas sessões foram relativamente bem tratadas nas diferentes áreas de literatura dos estudos de Relações Internacionais. Mas as Sessões Especiais de Emergência não foram ainda amplamente estudadas pelos pesquisadores do campo. Criadas a partir da Resolução 377 (1950), mais conhecida por *Uniting for Peace*, esse mecanismo foi mais utilizado durante o período da Guerra Fria. A partir dos anos 70 com a maior coordenação do Conselho de Segurança, as Sessões de Emergência passaram a ser menos utilizadas. Dessa forma, nos casos mais recentes, muitas vezes envolvendo o conflito árabe-israelense, elas tiveram menor impacto para apresentar soluções para as disputas. A falta de vontade política de muitos Estados transformou as sessões em espaços de exercícios retóricos. Mesmo assim, o *Uniting for Peace* e as Sessões de Emergência são ainda um dos poucos mecanismos existentes para a superação de impasses no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Seria, portanto, necessário retomar essa questão nas discussões de reforma da ONU.

Palavras-chave: ONU, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, *Uniting for Peace*, Sessões Especiais de Emergência

Abstract

This paper undertakes a preliminary approach regarding the ten Emergency Special Sessions of the United Nations General Assembly, mainly through the approved resolutions in these sessions. It presents a short description of each session, explaining the context in which they took place and its discussions. Many of the crisis analyzed in these sessions have been thoroughly investigated in different areas of studies in International Relations. However, the Emergency Special Sessions have not yet attracted the attention of researchers. Originated from Resolution 377 (1950), more commonly known as Uniting for Peace, this mechanism was used during the Cold War. Since the 1970s, with greater coordination within the Security Council, Emergency Sessions diminished its frequency. In more recent cases, which mostly involved the Arab-Israeli conflict, they had less impact in proposing solutions to disputes. The absence of political will of many States has transformed those sessions in spaces of rhetoric exercises. Nevertheless, the Uniting for Peace and the Emergency Sessions constitute some of the few mechanisms to overcome deadlocks in the United Nations Security Council. Therefore, it would be important to reconsider the issue in the reform of the UN.

Keywords: UN, General Assembly, Security Council, Uniting for Peace, Emergency Special Sessions

Sumário

1. Introdução	1
2. As Sessões Especiais de Emergência das Nações Unidas	2
2.1 - A Resolução <i>Uniting For Peace</i> de 1950 e o estabelecimento das Sessões de Emergência	2
2.2. As Sessões Especiais de Emergência e a Guerra Fria	8
2.2.1. 1ª Sessão Especial de Emergência – A Crise do Canal de Suez	10
2.2.2. 2ª Sessão Especial de Emergência - A Situação da Hungria	15
2.2.3. 3ª Sessão Especial de Emergência – A situação no Oriente Médio (Líbano e Jordânia)	18
2.2.4. 4ª Sessão Especial de Emergência – Crise do Congo	22
2.2.5. 5ª Sessão Especial de Emergência – A Situação no Oriente Médio e status da cidade de Jerusalém	29
2.2.6. 6ª Sessão Especial de Emergência – A Situação no Afeganistão	33
2.2.7. 7ª Sessão Especial de Emergência – A Situação do Médio Oriente	36
2.2.8. 8ª Sessão Especial de Emergência – A Questão da Namíbia	39
2.2.9. 9ª Sessão Especial de Emergência	42
2.2.10. 10ª Sessão Especial de Emergência (Pós-Guerra Fria)	45
3. Considerações Finais	48
4. Fontes e Bibliografia:	53

1. Introdução

Este trabalho se propõe a realizar um levantamento inicial sobre as Sessões de Emergência das Nações Unidas e seus impactos imediatos no sistema internacional. O trabalho visa uma primeira aproximação sobre as resoluções das 10 Sessões de Emergência das Nações Unidas, que se iniciaram em 1956. A 10ª Sessão de Emergência, que trata das ações ilegais de Israel nos territórios palestinos¹, ainda não foi formalmente encerrada. Assim, o trabalho apresenta uma breve descrição de cada uma das sessões, tanto sobre as situações com que elas lidaram como as discussões presentes e considerações gerais sobre as dez sessões.

Embora muitas das crises discutidas nestas sessões tenham sido relativamente bem tratadas nas diferentes áreas de literatura do campo de estudos das Relações Internacionais, as Sessões Especiais de Emergência em si foram pouco estudadas de forma geral. Assim, pode-se afirmar que as contribuições realizadas por essas sessões, ou a falta dessas contribuições, foram pouco exploradas pelos observadores na descrição das dinâmicas das crises que estas Sessões trataram.

O tema em questão surgiu do meu interesse em melhor compreender as dinâmicas dessas Sessões após participar em projetos extracurriculares do curso, como a Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SiNUS) e o “America’s Model United Nations” (AMUN) entre os anos de 2013 e 2016, onde frequentemente eram levantadas discussões sobre a relação e responsabilidades entre o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Como uma das atividades para SiNUS 2016 elaborei em conjunto com outros colegas um artigo sobre a 2ª Sessão de Emergência e a Revolução Húngara de 1956 (RODRIGUES *et al*, 2016).

Dessa forma, essa monografia busca refletir sobre algumas questões relacionadas às Sessões de Emergência tais como a origem de sua proposição, os diferentes contextos internacionais em que ocorreram, as principais questões que motivaram a convocação dessas Sessões e que nelas foram abordadas, balanços sobre a efetividade de suas decisões e possíveis causas da diminuição de sua utilização como mecanismo para contornar impasses no Conselho de Segurança da ONU.

Para elaboração da monografia foram consultadas as resoluções aprovadas durante as Sessões Especiais da Assembleia Geral. Foram realizados levantamentos

¹ <http://www.un.org/en/ga/sessions/emergency10th.shtml>

bibliográficos usando o *Google Scholar* e o *JSTOR* com a expressão exata “special emergency session” e “sessions extraordinaire d’urgence” e foram consultados análises e artigos que tratavam tanto das crises lidadas pelas sessões como as discussões presentes nelas. Também foram consultados livros e artigos na Biblioteca Azeredo da Silveira do Itamaraty² assim como análises e documentos físicos sobre as Sessões de Emergência e o papel das Nações Unidas no cenário internacional.

Em função da complexidade dos assuntos discutidos nas Sessões Especiais de Emergência e da possibilidade de acesso à informação, documentação e bibliografia sobre o tema, nem todas as Sessões de Emergência foram tratadas com o mesmo grau de detalhe. Dessa forma, foram privilegiadas as Sessões que ocorreram no período da Guerra Fria, especialmente as cinco primeiras Sessões sobre as quais localizei mais bibliografia e particularmente nas publicações da revista acadêmica *International Organization*. A última Sessão de Emergência, que ainda está em andamento, será brevemente mencionada.

A partir desses levantamentos, esse trabalho está estruturado nos itens que se seguem. Uma apresentação geral do que são as Sessões de Emergência das Nações Unidas; uma descrição de cada uma das sessões com uma contextualização das crises que abordaram e um último item sobre algumas considerações finais, e bibliografia.

2. As Sessões Especiais de Emergência das Nações Unidas

2.1 - A Resolução *Uniting For Peace* de 1950³ e o estabelecimento das Sessões de Emergência

O mecanismo de convocação das Sessões Especiais de Emergência é previsto na Resolução *Uniting for Peace*, oficialmente conhecida como a Resolução 377 da Assembleia Geral. A Resolução prevê que caso o Conselho de Segurança se encontre em dissenso na discussão de um tópico da agenda, e conseqüentemente falhe na sua responsabilidade de manutenção da paz e segurança, a Assembleia Geral pode realizar discussões e aprovar resoluções para o tópico em questão, inclusive no que concerne ao uso da força, se necessário. Contudo, as resoluções aprovadas nesse tópico possuem

² Ao longo do ano de 2016 fui selecionado e realizei estágio na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores

³ [http://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A\(v\).pdf](http://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A(v).pdf)

apenas caráter recomendatório, sendo assim um documento que não vincula sua decisão aos Estados membros da Organização (MAHLKE, 2012).

Caso a Assembleia Geral não esteja em sessão regular quando há um impasse no Conselho de Segurança, é possível convocar em um período de 48 horas uma Sessão Especial de Emergência para que a Assembleia Geral se reúna e possa tratar do tópico (HOSSAIN, 2009). Para se convocar uma Sessão de Emergência por meio da Resolução *Uniting for Peace* é necessário que os Estados entendam que existe uma ameaça à paz, uma violação desta ou um ato claro de agressão e que o Conselho de Segurança não consiga exercer sua função primária devido a dissensos dentro deste. Além desse meio, é possível que a própria Assembleia Geral convoque uma Sessão Emergencial através de uma maioria de 2/3 dos seus membros (HOSSAIN, 2009; MAHLKE, 2012).

A Resolução 377 foi um resultado das dinâmicas internacionais nos primeiros anos da Guerra Fria. Durante o ano de 1950, o Conselho de Segurança constantemente se encontrava em impasses nas discussões sobre a Guerra da Coreia devido à estratégia da União Soviética de bloquear qualquer decisão do Conselho de Segurança nessa questão. Assim, os Estados Unidos lideraram um esforço dentro da Assembleia Geral para que esta lidasse com as questões de manutenção da paz e segurança internacionais para aumentar o apoio dos Estados que desejavam intervir contra os ataques da Coreia do Norte à Coreia do Sul. Através desse esforço, a Resolução foi aprovada, permitindo não só a intervenção das Nações Unidas na Guerra da Coreia como também abrindo precedentes para outras situações onde houvesse impasses dentro do Conselho de Segurança (HOSSAIN 2009; MAHLKE 2012).

Apesar do importante precedente que a Resolução 377 estabeleceu para que a Assembleia Geral realizasse suas funções quando o Conselho de Segurança se encontrasse em impasse, a intervenção da ONU durante a Guerra da Coreia foi muito mais uma legitimação da intervenção estadunidense na Coreia do que um esforço internacional de segurança coletiva. Apesar do estabelecimento de um comando militar das Nações Unidas, este era na prática controlado pelos Estados Unidos. Para além da grande maioria das forças serem estadunidenses, a cadeia de comando era idêntica àquela do exército dos EUA, tanto que os dois comandos militares compartilhavam os mesmos oficiais e o mesmo quartel-general (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996). Assim, as decisões tanto militares como políticas do comando militar da ONU vinham de Washington e não da sede das Nações Unidas em Nova York (WEISS, FORSYTHE et COATE, 1997).

É preciso também destacar que o envolvimento dos EUA na Guerra da Coreia possivelmente ocorreria mesmo sem autorização das Nações Unidas. Embora a Administração Truman constantemente lembrasse a autorização da ONU para a intervenção dos EUA com vistas a garantir tanto apoio doméstico como apoio internacional, a Administração já havia enviado tropas e material bélico à Península antes das primeiras reuniões do Conselho de Segurança. Além disso, a declaração de guerra dos EUA à Coreia do Norte foi realizada sem aprovação do Congresso estadunidense, o que mostra a forte determinação do Governo Truman em impedir ganhos políticos do bloco socialista neste contexto da Guerra Fria (WEISS, FORSYTHE et COATE, 1997).

É importante ressaltar que o armistício estabelecido entre os beligerantes não contou com nenhuma participação do Conselho de Segurança ou outros órgãos das Nações Unidas. Este foi negociado entre os EUA e a Coreia do Sul com a China Comunista e a Coreia do Norte. Apesar da assinatura do armistício entre as duas Coreias, um tratado de paz nunca foi realizado. Dessa forma, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul se encontram até hoje oficialmente em Estado de Guerra (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Os desenvolvimentos e consequências da utilização da Resolução *Uniting for Peace* atraíram debates e a atenção de estudiosos sob diversos ângulos. Por exemplo, ainda no final da década de 50, Petersen (1959) estudou os usos dessa Resolução desde o ano de 1950. Segundo ele, o Plano Acheson, como era conhecido então a iniciativa do *Uniting for Peace*, foi concebido para suplantar os obstáculos e impasses das Nações Unidas, seja por veto de um país membro do Conselho de Segurança, seja por alegado abuso ou pelo bloqueio ou inatividade do próprio Conselho de Segurança. Uma primeira leitura, indicaria que a origem do Plano Acheson estaria diretamente relacionada à Guerra da Coreia, porém Petersen sugere que a resolução deriva de uma longa evolução na história das Nações Unidas, pois antecede a Guerra da Coreia e estaria intimamente ligada ao Comitê Interim da Assembleia Geral. O autor sustenta que o *Uniting for Peace* é um reflexo direto ou indireto do ambiente da crise coreana, mas também parte do fluxo de mudanças institucionais das Nações Unidas, para as quais a Resolução 377 também contribuiu.

Mais recentemente, Carswell (2013) debruçou-se também sobre o *Uniting for Peace*, enquanto mecanismo de desbloqueio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo ele, a questão da Síria foi um dos motivos para o retorno à reflexão da

reforma do sistema das Nações Unidas. O autor elenca, desde os tempos da Guerra Fria até os atuais, os diversos fracassos das Nações Unidas em função dos vetos ou ameaças de vetos por parte dos cinco países permanentes do Conselho de Segurança. Carswell examina a questão em termos de divisão de poderes entre o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral e sustenta que esse equilíbrio nunca foi encontrado, motivo pelo qual, segundo ele, o *Uniting for Peace* seria de um lado uma usurpação do poder do Conselho de Segurança, de outro reflete o balanço constitucional dos principais órgãos das Nações Unidas.

O relatório produzido pela organização Security Council Report (2013) resume o histórico dos impasses do Conselho de Segurança em relação ao *Uniting for Peace* e apresenta um sumário das Sessões Especiais de Emergência.

O próprio relatório apresenta um número variável de 11 ou 12 ocasiões em que o *Uniting for Peace* foi utilizado, desde a adoção da Resolução 377, de 3 de novembro de 1950, em função da classificação de qual seria o primeiro evento fundador.

Considerando que o primeiro evento teria sido a Guerra da Coreia em 1951, então seriam 12 ocasiões. Se a Guerra da Coreia não entra no cômputo, então seriam 11 os eventos relacionados ao *Uniting for Peace*. Além disso, a questão de Bangladesh, em 1971, não será analisada aqui. Embora resultante do veto da URSS às resoluções e à abstenção da França, do Reino Unido e da URSS quanto à Resolução 303 (1971), a 26ª Sessão Ordinária das Nações Unidas estava em andamento e não havia necessidade do assunto ser tratado em uma Sessão de Emergência, posto que se considerou que a matéria estava tratada no item da Agenda denominada “Assistência das Nações Unidas ao Refugiados do Paquistão Oriental”.⁴

Outra distinção importante para fins de análise, seria a de quem invocou esse mecanismo no âmbito dos impasses quanto às resoluções das Nações Unidas. Assim, o relatório classifica em dois grandes grupos, as convocações específicas que tratam do *Uniting for Peace*.

As tabelas abaixo resumem as datas das Sessões, as regiões diretamente envolvidas nas crises, as resoluções geradoras dos impasses, os países do Conselho de Segurança que vetaram as respectivas resoluções e as consequentes Sessões Especiais de Emergência.

⁴ Embora a questão de Bangladesh não seja considerada aqui, vale mencionar a grande repercussão midiática em função da realização do Concerto para Bangladesh, em Nova Iorque, organizado por artistas renomados, entre eles, o ex-Beatle George Harrison e o músico indiano Ravi Shankar.

Tabela 1 - Cronologia - Sessões Especiais de Emergência			
Evento	Datas importantes	Região / país	Denominação comum
1ª Sessão	1 a 10 de novembro de 1956	Egito	Crise de Suez
2ª Sessão	4 a 10 de novembro de 1956	Hungria	Questão da Hungria
3ª Sessão	8 a 21 de agosto de 1958	Líbano	Crise do Líbano e Jordânia
4ª Sessão	17 a 19 de setembro de 1960	República do Congo (atual RDC)	Crise do Congo
5ª Sessão	17 de junho a 18 de setembro de 1967	Vários países do Oriente Médio	Situação no Oriente Médio e status da cidade de Jerusalém
6ª Sessão	10 a 14 de janeiro de 1980	Afganistão	Situação no Afeganistão
7ª Sessão	22 de julho de 1982 a 24 de setembro de 1982	Palestina	Crise da Palestina
8ª Sessão	13 a 14 de setembro de 1981	Namíbia	Questão da Namíbia
9ª Sessão	29 de janeiro a 5 de fevereiro de 1982	Territórios árabes ocupados	Situação em Golã
10ª Sessão	25 de abril de 1997 a 15 de dezembro de 2006	Jerusalém Leste e Território Palestino	Ocupação de Jerusalém Leste e Território Palestino
10ª Sessão (retomada)	16 de janeiro de 2009	Jerusalém Leste	Ocupação de Jerusalém Leste

Tabela elaborada a partir da fonte: General Assembly – Quick Links. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/emergency>>. Acesso em 5 ago. 2016

O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem sido o responsável pela convocação da maioria das reuniões relativas ao *Uniting for Peace*, principalmente em seus primórdios e até a década de 1980. Com efeito, o relatório indica que a última convocação pelo Conselho de Segurança data de 1982, aquela relativa à crise do Oriente Médio desse ano. Sublinha-se ainda que quase todas as demandas do Conselho de Segurança foram em respostas a vetos pela então URSS.

Tabela 2 – Sessões Especiais de Emergência relacionadas ao Conselho de Segurança

Situação	Impasse no CS	Demanda do CS	Resultado da AG
Oriente Médio (1956)	S/3710, S/3713/Rev.1 [vetos da França e Reino Unido]	Resolução 119 (1956) [votos contrários da França e Reino Unido]	A 1ª SEE sobre “A situação no Oriente Médio (Canal de Suez) adotou 7 resoluções, entre as quais a Resolução 1000 (ES-I) que estabeleceu a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF).
Hungria (1956)	S/3730/Rev.1 [veto da URSS]	Resolução 120 (1956) [voto contrário da URSS]	A 2ª SEE sobre “A situação na Hungria adotou 5 resoluções, das quais a Resolução 1004 (ES-II) mandou uma comissão de inquérito sobre a intervenção estrangeira na Hungria.
Oriente Médio (1958)	S/4050/Rev.1, S/4055/ Rev.1 [veto da URSS]	Resolução 129 (1958)	A 3ª SEE sobre “A situação no Oriente Médio” adotou a Resolução 1237 (ES-III) demandando a rápida saída de tropas estrangeiras na Jordânia e Líbano.
Congo (1960)	S/4523 [veto da URSS]	Resolução 157 (1960) [voto contrário da URSS e abstenção da França]	A 4ª SEE sobre “A situação no Congo” adotou a Resolução 1474 (ES-IV) apoiando o mandato da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC).
Afeganistão (1980)	S/13729 [veto da URSS]	Resolução 462 (1980) [voto contrário da URSS]	A 6ª SEE sobre “A situação no Afeganistão” adotou a Resolução ES-6/2 demandando a saída imediata e total de tropas estrangeiras no Afeganistão.
Oriente Médio (1982)	S/14832 [veto dos EUA]	Resolução 500 (1982) [abstenção dos EUA e Reino Unido]	9ª SEE sobre “A situação no Oriente Médio” adotou a Resolução ES-9/1 declarando Israel um país não-amante da paz e conclamando os membros a aplicar inúmeras medidas contra Israel.

Tabela elaborada a partir da fonte: SECURITY COUNCIL REPORT, 2013

O relatório afirma e classifica de interessante o fato de que o primeiro pedido proveniente da Assembleia Geral em Relação ao *Uniting for Peace* veio de um membro permanente do Conselho de Segurança, a saber a URSS. Além disso, sublinha que todos as demandas da Assembleia Geral trataram de situações em que um ou mais dos países

denominados P3 (Estados Unidos, França e Reino Unido) estavam implicados (SECURITY COUNCIL REPORT 2013).

Tabela 3 – Sessões Especiais de Emergência relacionadas à Assembleia Geral

Situação	Impasse no CS	Demanda da AG	Resultado da AG
Oriente Médio 1967	N.d. [A proposta de resolução da URSS não obteve os 9 votos]	Votos da URSS (A/6717) e da Assembleia Geral (98-3-3)]	A 5ª SEE sobre “A situação no Oriente Médio” adotou 6 resoluções das quais as Resoluções 2253 e 2254 (ES-V) exigiam que Israel revogasse as medidas unilaterais em Jerusalém.
Palestina (1980)	S/13911 [veto dos EUA]	Senegal (A/ES-7/1)	A 7ª SEE sobre “A questão da Palestina” adotou 8 resoluções (da ES-7/2 a ES-7/9) exigindo a saída incondicional e total de Israel dos territórios ocupados desde 1967.
Namíbia (1981)	S/14459, S/14460/Rev.1, S/14461, S/14462 [veto da França, EUA e Reino Unido]	Zimbábue (A/ES-8/1)	A 8ª SEE sobre “A questão da Namíbia” adotou a Resolução ES-8/2 condenando a África do Sul pela ocupação e solicitando apoio à luta de libertação.
Palestina (1997)	S/1997/199, S/1997/241 [veto dos EUA]	Catar (A/ES/10/1)	A 10ª SEE sobre “A questão da Palestina”, ainda em andamento, adotou entre outras, a Resolução ES-10/14 solicitando a opinião do Tribunal Internacional de Justiça.

Tabela elaborada a partir da fonte: SECURITY COUNCIL REPORT, 2013

2.2. As Sessões Especiais de Emergência e a Guerra Fria

Como apresentado na seção anterior, a Guerra Fria influenciou fortemente o estabelecimento das Sessões de Emergência e os temas que foram discutidos nessas Sessões.

A rivalidade entre os EUA e a URSS marcou grande parte da história das Nações Unidas, tanto pelas ações que as duas superpotências e seus aliados realizavam no cenário internacional como pela atuação diplomática desses Estados na Organização.

Além disso, é necessário destacar que a maior coordenação política entre os países que a partir de 1961 formariam o Movimento dos Não-Alinhados teve um papel bastante importante durante essas Sessões de Emergência e na Assembleia Geral das Nações Unidas. Principalmente a partir da década de 1960, quando há uma expansão significativa da Organização devido à independência de vários Estados africanos (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996; HOBBS, 2014).

Apesar do Conselho de Segurança entrar constantemente em uma situação de paralisia devido aos vetos dos membros permanentes, as Nações Unidas ainda conseguiam realizar algum tipo de atuação tanto dentro do próprio Conselho como por meio das Sessões de Emergência da Assembleia Geral (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Mesmo a União Soviética sendo uma das principais responsáveis por paralisias dentro do Conselho de Segurança, parte significativa desses vetos era resultado de uma estratégia de propaganda estadunidense. Durante as primeiras décadas da Organização, a União Soviética contava com poucas representações aliadas enquanto os EUA frequentemente conseguiam garantir a maioria necessária para a aprovação de resoluções. Dessa forma, os EUA regularmente introduziam resoluções inaceitáveis para a URSS, fazendo com que a representação soviética recorresse ao veto, o que consequentemente a propaganda estadunidense retratava como obstrução soviética para a manutenção a segurança internacional (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Situação semelhante se apresentava na Assembleia Geral, onde os países com posições mais próximas aos EUA se encontravam em número maior do que países pertencentes ao bloco socialista (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b). Assim, os EUA poderiam contar com a Assembleia Geral para promover resoluções favoráveis aos seus interesses por meio das Sessões Especiais de Emergência quando o Conselho de Segurança se encontrasse em impasse.

Esta situação durou até o final dos anos 50, quando a entrada dos novos Estados africanos pôs fim à maioria qualificada que os países ocidentais⁵ possuíam na Assembleia Geral no final de 1955. Durante os anos 60, os países africanos, junto com os países asiáticos, passaram a ter cada vez mais importância dentro dos órgãos da ONU, tanto pelo fato de se consolidarem como uma maioria numérica na Assembleia

⁵ Entende-se por países ocidentais principalmente, mas não apenas, os Estados Unidos da América e seus aliados europeus.

Geral como pela forte coordenação entre essas representações durante as décadas de 60 e 70 (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Assim, ainda que a grande parte das agendas das Sessões Especiais de Emergência fossem diretamente determinadas pelo Conselho de Segurança, os países afro-asiáticos possuíam força suficiente para convocarem essas Sessões quando viam esta necessidade.

Dessa forma é possível identificar dois momentos da ONU durante o período de Guerra Fria: a ONU sendo fortemente influenciada pelos países ocidentais, especialmente os EUA, e a ONU se tornando um fórum de coordenação e ação do chamado 3º Mundo.

A forte atuação dos países afro-asiáticos na Assembleia Geral, especialmente daqueles associados ao Movimento dos Não-Alinhados, vinha principalmente dos benefícios que essa propiciava. Para além de promover oportunidades de legitimação das suas políticas externas, a capacidade deste grupo em passar várias resoluções sobre uma mesma questão permitia influenciar a opinião pública internacional e também modificar a posição de certos Estados ao terem que lidar com certos temas de forma mais pública (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

A partir dessas considerações, inicia-se uma descrição das Sessões de Emergência acompanhadas da contextualização das crises e suas consequências mais marcantes.

2.2.1. 1ª Sessão Especial de Emergência – A Crise do Canal de Suez

Embora a grande maioria das sessões não tenha sido simultânea, as duas primeiras Sessões de Emergência foram praticamente concomitantes devido à proximidade entre os eventos da crise do Canal de Suez e a Revolução Húngara em 1956.

Convocada no dia 1 de novembro de 1956 a pedido do Conselho de Segurança da ONU, a Primeira Sessão de Emergência da Assembleia Geral teve como tópico a guerra pelo controle do Canal de Suez envolvendo o Egito contra o Reino Unido, França e Israel.

As origens deste conflito podem ser traçadas tanto pelas aspirações de desenvolvimento nacional elaboradas pelo governo de Gamal Abdel Nasser como pela relutância dos governos francês e britânico em reconhecerem que estavam perdendo

influência no Oriente Médio e no Norte da África, junto com o desejo de Israel em se afirmar como uma potência regional frente aos seus vizinhos considerados hostis (EFRAIM, 2002).

Desde que assumira o poder através de um golpe de Estado em novembro de 1954, Gamal Abdel Nasser tinha como pontos principais de seu projeto político o desenvolvimento do Egito, tanto em termos de crescimento econômico como de diminuição de desigualdades sociais, e também a diminuição da dependência do país do exterior, especialmente do Reino Unido que controlava importantes setores da economia egípcia (EFRAIM, 2002).

Esses projetos incluíam a realização de uma reforma agrária e programas de alfabetização. Para além destes, havia projetos de infraestrutura como a construção da represa de Assuã, um amplo projeto hidrelétrico que permitiria o abastecimento e melhora da situação das populações camponesas (EFRAIM, 2002). Para este último projeto, Nasser necessitava de amplos financiamentos econômicos da comunidade internacional. EUA, Reino Unido e URSS, não corresponderam às expectativas do governo do Egito. Como estratégia para financiamento da represa, Nasser anunciou no final de julho de 1956 a nacionalização do Canal de Suez, cujos novos recursos permitiriam o avanço da sua agenda política (EFRAIM, 2002).

Com o anúncio da nacionalização do Canal de Suez, os líderes da França, Israel e Reino Unido viram uma chance de poderem traçar os rumos do Oriente Médio caso conseguissem retomar o controle do Canal e remover Gamal Abdel Nasser da presidência do Egito.

Enquanto a França e o Reino Unido retomariam o controle do Canal, a participação de Israel nessa intervenção afirmaria o país como potência principal no Médio Oriente, o que, na visão do governo israelita, intimidaria seus vizinhos árabes a pararem as atitudes hostis contra o país (EFRAIM, 2002; GAFUIK 2004).

Para além da retomada do controle do Canal, que era vista também como uma questão de prestígio para a França e o Reino Unido, o governo francês acreditava que sua participação em uma intervenção no Canal reafirmaria o seu poder no Norte do continente africano, o que contribuiria nas suas guerras contra os movimentos de independência africanos (EFRAIM, 2002; GAFUIK 2004).

O Reino Unido, por sua vez, buscava com a Guerra de Suez reafirmar a influência que já tivera nas áreas mediterrâneas e no oriente próximo e a sua supremacia na Commonwealth (EFRAIM 2002). A diplomacia britânica à época tinha como

objetivo principal manter a posição que possuía antes da 2ª Guerra Mundial como uma das principais potências mundiais. Dessa forma, a visão inglesa mantinha que a manutenção das suas zonas de influência no Mediterrâneo Oriental era central para este objetivo. Além disso, a manutenção do controle de Suez garantia que o Reino Unido mantivesse de forma mais direta sua influência nas colônias e ex-colônias da Commonwealth, algo que era considerado como uma das bases do poderio inglês (GAFUIK, 2004).

Apesar das ambições britânicas de reassegurar seu papel como potência mundial, a situação econômica herdada da 2ª Grande Guerra colocava severos limites a sua capacidade logística e de mobilização militar. Assim, a diplomacia britânica esperava que os EUA apoiassem parcialmente a intervenção britânica no Egito. Contudo a administração Eisenhower recorrentemente alertou a diplomacia britânica dos perigos de tais iniciativas, demarcando a sua posição de que os EUA não participariam de tal guerra (GAFUIK, 2004).

Embora os EUA e a Grã-Bretanha vissem o governo Nasser como uma ameaça aos seus interesses na região, e que teria de ser lidada mais cedo ou mais tarde, os EUA não aprovavam a estratégia britânica para remover o presidente egípcio. O governo Eisenhower temia que intervenções realizadas pelo Reino Unido na região incentivassem sentimentos antiocidentais no Oriente Médio, o que levaria não só a consolidação de um nacionalismo árabe pautado na rivalidade com o Ocidente, como também poderia resultar em ganhos de influência para a União Soviética (GAFUIK 2004).

Apesar das recusas de participação dos Estados Unidos na invasão ao Egito, o Reino Unido continuou com seus planos de intervenção e se aproximou cada vez mais da França e de Israel para conseguir mobilizar mais forças. Assim, várias reuniões de alto nível começaram a ser realizadas entre a França, Reino Unido e Israel para coordenar a invasão (GAFUIK, 2004; EFRAIM, 2002).

Durante as reuniões de alto nível sobre o ataque ao Canal de Suez, ficou decidido que Israel lançaria um ataque ao Egito seguido pela ocupação das áreas próximas a Suez pelas forças anglo-francesas sob a justificativa de uma tentativa de estabelecer um fim das hostilidades entre as duas partes (EFRAIM, 2002; GAFUIK, 2004). No dia 29 de outubro de 1956, Israel lançou sua ofensiva contra o Egito, seguida no dia 31 da intervenção anglo-francesa, que tentou ser justificada por meio de um ultimato pelo cessar-fogo na região recusado pelo Egito (EFRAIM, 2002).

No dia 2 de novembro de 1956, os Estados Unidos solicitaram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma reunião de emergência para pôr fim às ações militares no Canal de Suez, especialmente aquelas realizadas pela França e o Reino Unido (GAFUIK, 2004). Para os EUA, era necessário acabar com a Crise do Canal de forma rápida e decisiva pois as ações de seus aliados colocaram em risco não só sua política de aproximação com os países árabes como causaram uma forte condenação mundial. Além disso, a crise dividiu a opinião dos países ocidentais impedindo suas capacidades de atuação conjunta e roubou a atenção internacional das intervenções soviéticas na Hungria (GAFUIK, 2004).

É necessário destacar que mesmo com o fato dos EUA e a URSS constantemente requisitarem o fim da intervenção franco-britânica no Egito, com o apoio dos membros não-permanentes, o Conselho de Segurança foi incapaz de aprovar resoluções para pôr fim ao conflito devido à insistência das posições francesas e inglesas de que suas participações visavam apenas garantir o direito de livre navegação na região e diminuir os confrontos entre Israel e Egito. Assim o Conselho foi incapaz de produzir maiores resultados devido aos vetos de França e Reino Unido (GENERAL ASSEMBLY, 1957; WRIGHT, 1957; HOSSAIN, 2009).

Dessa forma, o único meio para a Crise de Suez ser devidamente tratada dentro das Nações Unidas era através da convocação de uma Sessão de Emergência da Assembleia Geral (EFRAIM, 2002). Nas primeiras reuniões a França e o Reino Unido continuaram com a posição de que sua intervenção visava diminuir o conflito e questionavam a convocação da Sessão. Mas, essa posição deixou de ser sustentada ao longo das reuniões devido às exigências de quase todas as representações da implementação de um cessar-fogo entre as partes e a retirada completa das tropas invasoras (GENERAL ASSEMBLY, 1957).

O primeiro projeto de resolução aprovado na Sessão de Emergência, a Resolução 997 (ES-I) introduzido pelos EUA pedia um cessar-fogo imediato entre as partes combatentes e a retirada completa e imediata das forças invasoras. Além disso, a Resolução 997 requisitava que os Estados membros não fornecessem materiais bélicos para as partes em conflito e que o Secretário Geral da ONU realizasse as medidas necessárias para observar e reportar a efetivação do cessar-fogo tanto para o Conselho de Segurança como para a Assembleia Geral (NAÇÕES UNIDAS, 1956a).

Apesar de ser favorável ao conteúdo da Resolução, a representação canadense se absteve durante a votação. Durante a justificativa de seu voto, o Ministro das Relações

Exteriores Lester Pearson afirmou que não poderia apoiar tal projeto pois este não oferecia ações mais concretas para a diminuição das tensões, sendo assim insuficiente para estabelecer uma paz concreta na região. (GENERAL ASSEMBLY, 1957). Além disso, Pearson acreditava que as Nações Unidas deveriam tomar para si a responsabilidade de manter um cessar-fogo entre as forças invasoras e o exército egípcio, o que garantiria o respeito efetivo das forças invasoras por esse cessar-fogo enquanto se buscava uma solução política para a resolução do conflito. Dessa forma, o líder da representação canadense apresenta a ideia de uma força militar sob o comando da ONU para estabelecer um fim do conflito (GAFUIK, 2004; GENERAL ASSEMBLY, 1957)

A proposta canadense foi apresentada à Assembleia Geral como a Resolução 998 (ES-I) no dia 4 de novembro de 1956. A Resolução requisitava que em dois dias o Secretário-Geral da ONU submetesse um plano para a estruturação das Forças de Emergência das Nações Unidas (UNEF na sua sigla em inglês). A resolução foi aprovada, resultando nas Resoluções 999 (ES-I), 1000 (ES-I), 1001 (ES-I) (GAFUIK 2004). Essas resoluções tratavam essencialmente da organização da UNEF, estabelecendo um comando para as Forças de Emergência sob a liderança do militar canadense E.L.M. Burns; a aprovação das funções e princípios-guias da UNEF como estabelecidos pelo relatório do Secretário-Geral; a criação de um Comitê Consultivo para auxiliar os planos e operações das Forças de Emergência e pedia assistência dos Estados tanto para a composição dessas forças como para a logística das operações (NAÇÕES UNIDAS, 1956a). É importante destacar que apesar dos apelos das Nações Unidas para os Estados membros contribuírem com pessoal para as forças emergenciais, a Resolução 1000 estabelecia que o Chefe do Comando da UNEF recrutasse oficiais que não fossem parte das forças armadas dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 1956a).

A França e o Reino Unido acabaram aceitando as propostas das resoluções para a retirada de suas forças em Suez, tanto pela pressão internacional contra a intervenção, como pelo fato de que as resoluções estabeleciam uma força internacional efetiva para lidar com a observação do cessar-fogo. Embora o Egito se abstinhasse durante a votação das resoluções, o governo Nasser autorizou a atuação da missão de paz em seu território, além de manter conversas constantes com o Secretariado Geral (GAFUIK, 2004).

No dia 15 de novembro de 1956, as primeiras forças da ONU desembarcaram na região, estabelecendo uma área que dividia as forças de defesa egípcia dos exércitos invasores de Israel, França e Grã-Bretanha (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2015).

O estabelecimento e a operacionalização das Força de Emergência foram tarefas relativamente complexas à época. Demandou esforços principalmente do Secretariado Geral da ONU, que havia sido encarregado da estruturação e desenvolvimento da UNEF. Uma das principais dificuldades para a elaboração das Forças de Emergência era o fato de que não havia grandes precedentes sobre como estas deveriam operar. O único mecanismo próximo a essa nova força era a UNTSO⁶, porém o pessoal envolvido nessa missão não era armado como na UNEF. Além disso, a UNTSO era logisticamente muito menor do que a UNEF pretendia ser (UNITED NATIONS PEACE KEEPING, 2015).

Mesmo com essas dificuldades, as Forças de Emergência das Nações Unidas se provaram essenciais para pôr fim à Crise de Suez, garantindo tanto o cessar-fogo e a retirada das tropas estrangeiras como a segurança e a livre navegação do Canal. Além disso, deve-se destacar que a atuação da UNEF durante suas operações lançou as bases para as práticas e princípios que as operações de paz da época da Guerra Fria deveriam respeitar (RODRIGUES *et al*, 2016; WEISS, FORSYTHE et COATE, 1997).

2.2.2. 2ª Sessão Especial de Emergência - A Situação da Hungria

A Segunda Sessão de Emergência ocorreu praticamente de forma concomitante à Primeira Sessão, tendo como foco das discussões a invasão soviética à Hungria.

O que havia começado como uma manifestação de estudantes no dia 23 de outubro de 1956 em Budapeste pedindo por reformas no sistema socialista se tornara uma revolta nacional. O governo húngaro solicitou então apoio das guarnições soviéticas para reprimir os revoltosos (SWARTZ, 1998).

Contudo, a intervenção soviética não conseguiu conter os movimentos revolucionários, resultando na queda do governo de Erno Gero e a formação de um governo transitório, chefiado pelo antigo Primeiro-Ministro Imre Nagy (MC CAULEY, 1981). Apesar de ser um dos principais membros do Partido Comunista Húngaro, Nagy era uma das lideranças da ala reformista do Partido. Assim, muitas das reformas feitas

⁶ Organismo das Nações Unidas para a Vigilância da Trégua, na sua sigla em inglês.

pelo governo transitório (como a dissolução da polícia secreta, o reestabelecimento do multipartidarismo e a saída do Pacto de Varsóvia) causaram fortes preocupações entre a liderança soviética de que a Hungria poderia abandonar o sistema socialista (VALENTA, 1984).

Acreditando que apenas uma nova intervenção poderia manter a Hungria dentro de sua esfera de influência, a União Soviética invadiu a Hungria no dia 4 de novembro de 1956 com uma força de 120.000 soldados (VALENTA, 1984). Em uma questão de poucos dias, o governo de Imre Nagy foi deposto e a maioria dos grupos revolucionários eliminados (KRAMER, 1998).

Ainda no dia 4 de novembro, o Conselho de Segurança foi convocado de forma emergencial pelos EUA em função dos desenvolvimentos da situação na Hungria. Devido aos vetos da União Soviética, foi apresentada e aprovada no Conselho uma resolução que estabelecia a 2ª Sessão de Emergência sobre “A Situação na Hungria” (OLGYAY, 1971; PETERSEN, 1959).

Embora a Segunda Sessão de Emergência da Assembleia Geral tenha sido convocada para buscar soluções à crise, muitas de suas resoluções não foram colocadas em prática devido a grandes diferenças de posição entre os Estados (RODRIGUES *et al*, 2016). A União Soviética, junto com seus aliados socialistas, protestava continuamente contra a pertinência da discussão sobre o tópico. O bloco socialista defendia que a situação na Hungria era uma questão essencialmente doméstica, na qual as Nações Unidas não tinham prerrogativas para intervir, e que as forças do Pacto de Varsóvia já haviam posto fim à instabilidade no país (RODRIGUES *et al*, 2016).

Além disso, uma grande parte dos países asiáticos e africanos presentes na Assembleia Geral adotaram uma postura de pouco envolvimento nas discussões, muitas vezes votando pela abstenção em diferentes resoluções da Sessão (ANABTAWI, 1968). Essa posição de forte distanciamento desses países se dava tanto por considerarem a Crise de Suez como um assunto que lhes afetava mais diretamente, como pelo fato de que muitos países com políticas não-alinhadas temiam que a intensificação dos debates sobre a Hungria causasse uma divisão entre esses países, que poderia debilitar a futura cooperação e coordenação política entre eles (PRASAD, 1972; ANABTAWI, 1963).

Além disso, deve-se destacar que grande parte da atuação dos países ocidentais durante a Sessão de Emergência parecia mais um esforço de propaganda contra a União Soviética do que uma busca pelo fim da instabilidade na Hungria (MC CAULEY, 1981). As resoluções discutidas durante essa Sessão constantemente condenavam as

operações soviéticas em território húngaro e exigiam que a União Soviética encerrassem e retirassem imediatamente as suas tropas, algo impossível de ser cumprido, visto que tanto os soviéticos como seus aliados consideravam legítima essa intervenção (NAÇÕES UNIDAS, 1956b). Apesar da resolução 1005 expressar claramente que as Nações Unidas deveriam organizar eleições na Hungria para que seu povo determinasse o sistema político nacional, esta iniciativa nunca foi posta em prática tanto pela recusa dos países do bloco socialista como pela ausência na resolução de detalhes da organização dessas eleições (GENERAL ASSEMBLY, 1957).

Dessa forma, as únicas ações verdadeiramente concretas que as Nações Unidas puderam realizar para o caso húngaro foram a formação de um comitê especial de investigação para estabelecer o que realmente ocorreu e uma maior coordenação internacional tanto para ajudar os refugiados húngaros como para garantir ajuda humanitária a população que ainda permaneceu no país (NAÇÕES UNIDAS, 1956b).

Apesar da incapacidade da 2ª Sessão de Emergência de promover uma solução política, a crise na Hungria e a conseqüente onda de refugiados afetou profundamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tanto em termos de organização logística, mas, principalmente, em seu mandato e escopo.

Criada como uma agência com mandato limitado até o ano de 1958, o ACNUR tratava apenas de casos de refugiados de eventos anteriores a 1951, ou seja, a agência cuidava em grande parte apenas dos refugiados de origem europeia da 2ª Guerra Mundial. Com o grande fluxo de refugiados húngaros após as intervenções soviéticas na Hungria, cerca de 200.000 refugiados no início de 1957, o ACNUR se viu obrigado tanto a prover ajuda material a um grupo que originalmente não pertencia ao seu escopo como também dar bases legais para que os húngaros fossem reconhecidos como refugiados (REFUGEE MAGAZINE, 2006).

Com base em seu estatuto de formação, o ACNUR passou a utilizar o conceito de *prima facie* para a concessão do status de refugiado aos húngaros que fugiram de seu país em grande parte para a Áustria. Isso significou tanto um avanço em questões de Direito Internacional como também facilitou a concessão do status de refugiado a grupos claramente afetados por guerras e conflitos em outras situações (REFUGEE MAGAZINE, 2006).

Além disso, o papel que o ACNUR assumiu de forte cooperação e coordenação com ONGs internacionais e nacionais para auxiliar o governo austríaco com os refugiados húngaros deu bases para o papel que a Agência costuma realizar hoje em dia,

isto é, de coordenadora geral de esforços humanitários e responsável principal em questões de proteção e status legal dos refugiados (REFUGEE MAGAZINE, 2006).

Com relação ao comitê de investigação para determinar os acontecimentos na Hungria, este conseguiu realizar as suas funções, apesar de ter seus meios e reconhecimento limitados. Uma grande parte das conclusões realizadas pelo comitê veio de entrevistas com refugiados húngaros, visto que o governo implementado pela URSS após a sua intervenção negava qualquer tipo de cooperação com a missão. Apesar dessa limitação, os refugiados ouvidos pelos membros do comitê vinham de diversos grupos sociais e políticos da Hungria. Assim, foram ouvidos membros do governo provisório de Nagy e líderes de movimentos revolucionários e cidadãos comuns (UNITED NATIONS, 1957).

Apesar do relatório final do comitê clarificar os principais acontecimentos na Hungria em 1956 e apresentar algumas explicações sobre as origens da revolta, este foi completamente rejeitado pelos países socialistas, que acusavam o comitê de favorecer as propagandas e rumores dos países capitalistas sobre os eventos na Hungria, e assim, produzir um documento que em sua grande parte era falso (OLGYAY, 1971).

A Questão Húngara, assim como a Crise do Canal de Suez, foi transferida para a 11ª Sessão Regular da Assembleia Geral. As discussões sobre a situação na Hungria e a intervenção soviética no país continuaram até a 17ª Sessão Regular em dezembro de 1962. Apesar da persistência do tema na agenda das sessões regulares, as resoluções continuavam tendo apenas um caráter condenatório, sendo que apenas o tratamento de questões humanitárias dos refugiados húngaros parecia resultar em algum tipo de ação mais concreta (RODRIGUES *et al*, 2016).

2.2.3. 3ª Sessão Especial de Emergência – A situação no Oriente Médio (Líbano e Jordânia)

A 3ª Sessão de Emergência da Assembleia das Nações Unidas foi convocada durante agosto de 1958, tendo como foco das discussões a Crise no Líbano e a situação na Jordânia.

O Líbano, em 1958, se encontrava em uma situação próxima à de guerra civil. Setores da população no país realizaram uma revolta contra o governo do Presidente cristão maronita Camille Chamoun. Essa forte oposição ao presidente se devia ao medo de que o presidente manipularia reformas constitucionais para ficar mais tempo no

poder. Isto era considerado por muitos libaneses como uma ameaça ao equilíbrio político entre representantes cristãos e representantes mulçumanos. Embora a maioria desses revoltosos fossem sunitas, o conflito não tinha um caráter necessariamente sectário, tanto que vários cristãos maronitas participaram da rebelião contra o governo (SOUSSI, 2013).

Além disso, o governo libanês temia que a revolta estivesse sendo apoiada pelo Egito de Nasser devido à defesa de ideais pan-arabistas e da entrada do Líbano na recém-criada República Árabe Unida (RAU)⁷ por lideranças sunitas na rebelião (SOUSSI, 2013).

Na Jordânia, a instabilidade do país se dava principalmente pelo estado de exceção que o país vivia. As eleições parlamentares em 1956 deram ampla vantagem ao Partido Nacional Socialista, que elegeram o Primeiro-Ministro Suleiman al-Nabusi, com uma agenda de aproximação com o Egito nasserista e o bloco socialista. Além disso, o Primeiro-Ministro frequentemente contestava o poder do Rei Hussein. Após um golpe militar malsucedido em abril de 1957, o Rei declarou o estado de sítio no país, pondo fim ao governo de al-Nabusi e banindo todos os partidos políticos. Assim, grande parte da oposição foi forçada à clandestinidade e passou a utilizar táticas violentas contra a monarquia, como atentados a edifícios públicos e ataques a oficiais do regime (TAL, 1995).

A monarquia jordaniana temia que uma expansão da RAU incorporasse a Jordânia, tanto por meio de um golpe de Estado patrocinado por Nasser, como por meio de anexação militar. Além disso, uma parte considerável da população defendia a integração do país com a República Árabe e não apoiava as políticas de Hussein (TAL, 1995).

A internacionalização da Crise no Líbano e da instabilidade na Jordânia se deu logo após a proclamação da República do Iraque. No dia 14 de julho de 1958, oficiais do exército iraquiano ligados ao partido baathista realizaram um golpe militar contra a monarquia que governava o país, executando o rei e o primeiro-ministro e assumindo o poder do Estado. Com medo de que os acontecimentos no Iraque em breve pudessem ocorrer em suas próprias nações, o governo libanês requisitou ajuda militar aos Estados

⁷ A República Árabe Unida (RAU) foi união política entre o Egito nasserista e a República Síria. Firmada no ano de 1958, essa união visava defender as ideias pan-arabistas da criação de um Estado que envolvesse todos os povos árabes. Contudo, a hegemonia política do Egito gerou forte insatisfação entre a população síria, que acreditava que seu país era tratado como apenas uma província. Assim em 1961 um golpe militar na Síria reafirmou a independência e pôs fim a União entre esses dois Estados (PHILIPP, 2017).

Unidos e o Rei da Jordânia solicitou ajuda ao Reino Unido (SOUSSE, 2013; GLOBAL SECURITY).

No dia 15 de julho de 1958 os EUA lançaram a Operação “Blue Bat”, enviando um contingente de 14.000 soldados para o Líbano e deslocando a 6ª Frota para apoio logístico às suas forças e às tropas do Reino Unido na Jordânia (SOUSSE, 2013; GLOBAL SECURITY).

Com vistas a conseguir maior apoio internacional e possíveis reforços para sua intervenção, os EUA solicitaram no próprio 15 de julho uma reunião do Conselho de Segurança para discutir a instabilidade libanesa (UNOGIL, 2017). No dia 18 de julho, os EUA avançaram uma resolução que expressamente solicitava que a comunidade internacional auxiliasse sua operação no Líbano, tanto por contribuições materiais como pelo envio de pessoal militar. O consequente veto soviético a essa proposta resultou na convocação de uma resolução baseada no *Uniting for Peace*, que transferia o tema para a Assembleia Geral (EDITORIAL NOTE 195).

A 3ª Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral se reuniu no dia 8 de agosto de 1958 e seus debates se estenderam até o dia 21 daquele mês. Logo nas primeiras reuniões tanto os EUA como o Reino Unido fizeram declarações de que suas tropas seriam retiradas do Líbano e da Jordânia quando requisitado pelos governos desses países, ou então quando a ONU tomasse iniciativa para garantir a integridade dos dois países (GENERAL ASSEMBLY, 1958).

Apesar de muitos países asiáticos apreciarem a disposição dos EUA e do Reino Unido em concordarem com uma possível retirada adiantada das suas tropas, muitos consideraram que suas ações foram exageradas já que estas teriam contribuído para o aumento de tensões nos âmbitos domésticos da Jordânia e do Líbano e na região como um todo. Esta visão era justificada pelo fato de que a missão de observação da ONU no Líbano não havia encontrado interferência da República Árabe Unida na situação doméstica como o governo insistia. Além disso, esses países notaram que a presença das forças estrangeiras dificultava a realização das funções da missão de observação (GENERAL ASSEMBLY, 1958).

Por sua vez, a União Soviética e seus aliados acusaram as intervenções dos EUA e do Reino Unido no Oriente Médio de serem não só ameaças à estabilidade regional como também destas serem agressões internacionais contra as populações libanesas e jordanianas. Além disso, o bloco socialista argumentava que as grandes tensões no Oriente Médio vinham dos interesses dos países capitalistas em controlar as riquezas da

região e transformá-la em uma base para prejudicar os países árabes e os Estados comunistas. Assim, a URSS e seus aliados defendiam a retirada imediata das forças estrangeiras do Líbano e da Jordânia e o reforço da missão de observação da ONU no Líbano em conjunto com uma missão semelhante na Jordânia, de forma a supervisionar essa retirada (GENERAL ASSEMBLY, 1958).

Os países do Oriente Médio, que eram os mais afetados pela situação na Jordânia e no Líbano, estavam bastante divididos, sendo que muitos desses países trocaram acusações contra vizinhos e Estados próximos. Enquanto certos países defendiam as ações realizadas pelas duas potências ocidentais, argumentando que a queda da monarquia no Iraque causara um medo legítimo por parte dos governos e de que a República Árabe Unida frequentemente promovia hostilidades contra estes governos, outros países defendiam que estas intervenções seriam mais uma fonte para a instabilidade e insegurança no Oriente Médio, além de serem uma grave ameaça tanto à República Árabe Unida como ao novo governo no Iraque. (GENERAL ASSEMBLY, 1958)

Apesar dessa divisão entre os países árabes e as constantes trocas de acusações que estes realizavam, a resolução final da 3ª Sessão de Emergência contou com o apoio desses Estados, aprovada por unanimidade pela Assembleia. Apresentada pela representação do Sudão, a resolução refletia um ponto frequentemente levantado por esses países: o de que apesar da importância das Nações Unidas para a resolução de tensões e crises internacionais, os problemas do Oriente Médio só poderiam ser resolvidos no fórum mais competente para essas questões, que seria a Liga dos Estados Árabes. Assim, seria necessário que tanto o Secretário-Geral como a própria ONU auxiliassem no fortalecimento dessa instituição para esta lidar com suas responsabilidades (GENERAL ASSEMBLY, 1958).

Dessa forma, a Resolução 1237 destacava a importância da participação dos países árabes nas situações do Líbano e da Jordânia ao destacar as garantias expressas pelos Estados da região de respeito e não interferência nos sistemas políticos de seus vizinhos para além de requisitar que o Secretário-Geral ajudasse na construção de uma possível instituição árabe voltada para o desenvolvimento econômico regional (GENERAL ASSEMBLY, 1958).

Como a resolução aprovada também dava poderes para que o Secretário-Geral dialogasse com as partes diretamente envolvidas na situação, Dag Hammarskjöld se utilizou da presença da missão de observação no Líbano tanto para assegurar que o

Estado libanês não estava com sua soberania ou autonomia em risco, como para permitir a retirada mais rápida das tropas estrangeiras (ELDOY, 2010). Além disso, Hammarskjöld negociou diretamente com o Rei jordaniano para estabelecer uma missão de observação no país com os mesmos objetivos daquela no Líbano (TAL, 1995).

Em outubro de 1958 as forças estadunidenses evacuaram o Líbano logo após o fim da guerra civil com a renúncia do Presidente Chamoun. Apesar da morte de 4.000 libaneses durante o conflito, as forças estadunidenses sofreram poucas baixas, tanto pelo fato de que a guerra civil já se encontrava em seu final quando houve a intervenção dos EUA, como pelo fato de que o próprio exército raramente se envolveu no conflito (SOUSSI, 2013; ELDOY, 2010).

Na Jordânia, as forças britânicas terminaram sua evacuação no início de novembro de 1958. Como as forças estadunidense, estas pouco se envolveram em operações de combate. Mesmo assim, a presença dessas tropas permitiu que o Rei usasse ostensivamente o aparato de segurança, reprimindo opositores e consolidando o seu poder. Assim com o fim do estado de sítio em dezembro daquele ano, a monarquia se voltou para o desenvolvimento da infraestrutura nacional, o que resultou em um forte crescimento econômico na década de 60 (TAL, 1995).

2.2.4. 4ª Sessão Especial de Emergência – Crise do Congo

A 4ª Sessão Especial de Emergência das Nações Unidas foi convocada em 17 de setembro de 1960, tendo como centro das discussões a Crise no Congo (atual República Democrática do Congo - RDC).

O Congo, chamado comumente de Congo-Léopoldville à época, possuía uma situação política muito precária à época devido à falta de quadros profissionais para a organização e a estruturação de instituições importantes desde sua independência em junho do mesmo ano. Para além disso, a Bélgica continuava a fazer grandes intervenções na política congoleza, aumentando tanto as tensões dentro do país como na região (KOUASSI, 2010; HOBBS, 2014).

A presença de oficiais belgas no exército congolês, causava revoltas nos quartéis, exigindo a destituição dos belgas dos quadros militares do exército. Embora o governo do Primeiro-Ministro Lumumba tenha promovido oficiais congolezes para altos cargos de comando, os motins ainda continuaram resultando na agressão contra militares belgas (KOUASSI, 2010).

Buscando garantir o controle das grandes reservas minerais no sul do país, a Bélgica utilizou as agressões contra seus oficiais como pretexto para reforçar as tropas que ainda mantinha. No dia 9 de julho de 1960, batalhões de paraquedistas e forças mercenárias foram enviadas às principais cidades do país e a capital da província de Katanga, tanto com o intuito de proteger os cidadãos belgas como para garantir a secessão de Katanga, anunciada no dia 11 de julho pelo governador Moïse Tshombé. (KOUASSI, 2010; HOBBS, 2014).

Diante dessa clara intervenção, o governo central solicitou ajuda internacional tanto dos Estados Unidos como da Organização das Nações Unidas para manter a integridade nacional. Aceitando o pedido do Presidente e do Primeiro-Ministro congolês, o Secretário-Geral convocou uma reunião emergencial no Conselho de Segurança sobre a situação. No dia 14 de julho, o Conselho aprovou uma resolução que levou à criação de uma missão de paz das Nações Unidas para o Congo. Contudo, o objetivo principal da missão estabelecida não era colocar um fim na situação doméstica no país, mas apenas oferecer apoio às tropas do governo contra ações de militares belgas (MILLER, 1961). Assim, o estabelecimento da nova operação estava muito aquém do que o Executivo congolês solicitara à organização (KOUASSI, 2010).

O Conselho de Segurança ainda se reuniu novamente sobre a Crise no Congo nos dias 22 de julho e 9 de agosto, aprovando resoluções para reforçar os apelos de evacuação das tropas belgas no país e o mandato dos capacetes azuis durante a operação, afirmando que estes deveriam atuar na província separatista do Katanga sem interferir nos assuntos do governo local (MILLER, 1961; KOUASSI, 2010).

Apesar da presença de mais de 12.000 soldados na operação de paz do Congo, a situação no país continuava a se deteriorar com a iniciativa da secessão do Katanga e atuação cada vez maior dos mercenários e soldados belgas. Além disso, divisões dentro do governo central dificultavam a comunicação do governo com a ONU, favorecendo hesitações por parte do Secretário-Geral Dag Hammarskjöld. No centro dessa divisão do governo, estava em questão a solução do separatismo katanguense. Enquanto o Primeiro-Ministro Lumumba defendia o uso da força, o Presidente Kasavubu acreditava nas negociações com o governo local, para transformar o Estado em uma federação (KOUASSI, 2010).

Além disso, a comunidade internacional também se dividia sobre o reconhecimento da principal autoridade da República do Congo. Enquanto os países socialistas e a maioria dos países com políticas não-alinhadas reconheciam o Primeiro-

Ministro Lumumba, os Estados ocidentais e o próprio Secretário-Geral da ONU reconheciam o Presidente Kasavubu (WEISS, FORSYTHE and COATE, 1997).

Ainda, o próprio governo do Congo tinha sérios problemas em sua relação com as Nações Unidas e com o modo que Dag Hammarskjöld lidava com a instabilidade no país. Recebendo grande margem de ação da terceira reunião do Conselho de Segurança sobre o Congo, no dia 10 de agosto de 1960 Hammarskjöld negociou com Tshombé para permitir a presença das tropas da ONU em Katanga. Essa ação foi severamente criticada tanto pelo governo congolês como pelos Estados que apoiavam a autoridade do Primeiro-Ministro (KOUASSI, 2010).

O acordo alcançado pelo Secretário-Geral não só abria um perigoso precedente para o reconhecimento da independência katanguense (algo que nenhum país havia feito), como também garantia a não intervenção da organização nas questões políticas da província e a proibição do governo central em utilizar os recursos da missão de paz para pôr fim ao separatismo de Katanga, fazendo com que a ONU tacitamente abandonasse a possibilidade de retorno da província separatista ao governo central (KOUASSI, 2010).

Esse compromisso pouco contribuiu para a estabilidade do país, e causou forte conflito entre o Secretário-Geral e Lumumba, que exigia o fim desse acordo e que as Nações Unidas apoiassem o governo central na recuperação do Katanga (KOUASSI, 2010).

A situação se tornou ainda mais complexa em 5 de setembro, quando o Presidente Kasavubu destituiu o Primeiro-Ministro e em menos de uma hora, Lumumba também fez uma declaração à rádio afirmando que Kasavubu não era mais o Chefe de Estado. Assim, surgiu uma situação de vácuo de poder no país (KOUASSI, 2010; WEISS; FORSYTHE and COATE, 1997).

Em meio a esse colapso do governo central, Andrew Cordier, o Representante Especial do Secretário-Geral no Congo, requisitou que as forças da ONU cercassem a casa do Primeiro-Ministro e fechassem a principal rádio da capital Leopoldville, controlada pelos apoiadores de Lumumba. Assim, desde o dia 6 de setembro de 1960, Lumumba se encontrava em situação de prisão domiciliar pelas forças da ONU, sendo incapaz tanto de contatar seus aliados, como de sair de sua própria residência (KOUASSI, 1960; HOBBS 2014).

Além disso, em 14 de setembro, Joseph Mobutu, à época Chefe das Forças Armadas, realizou um golpe de Estado no país com o apoio financeiro da CIA e da

Bélgica (DUARTE *et al* 2014; HOBBS, 2014). Embora Mobutu prometera neutralizar Lumumba e Kasavubu, o Coronel fechou o parlamento e prendeu os apoiadores do Primeiro-Ministro. Kasavubu se manteve como Chefe de Estado, embora à mercê de Mobutu (HOBBS, 2014; DUARTE *et al*, 2014).

A 4ª Sessão de Emergência ocorreu quando o Primeiro-Ministro Lumumba praticamente perdeu o poder para Kasavubu. Durante as reuniões da Assembleia, as discussões se centraram em dois grandes pontos: o papel das Nações Unidas na situação interna do Congo e a assistência militar unilateral ao país (MILLER, 1961).

Os países não-alinhados defendiam fortemente a continuação da presença das Nações Unidas no Congo e a prioridade da saída das forças belgas. Mas viam falhas na atuação do Secretariado para promover uma mediação entre as partes. Muitas representações, especialmente as africanas, defendiam a necessidade de que o Secretário-Geral se utilizasse de seus representantes do Comitê Consultivo da ONU para uma mediação bem-sucedida entre o governo central e os líderes separatistas. Defendiam ainda que os países africanos deveriam ter um papel maior nas operações cotidianas da ONU, evitando assim o envolvimento de forças imperialistas e neocoloniais nas ações do Comando da ONU para criar um ambiente mais propício para negociações (MILLER, 1961; GENERAL ASSEMBLY 1960; O'MALLEY, 2015).

A única representação contrária à proposta foi a França, sob o argumento de que a preferência por representantes dos Estados afro-asiáticos do Comitê Consultivo feria o princípio de universalidade em que as Nações Unidas se pautavam. Mas nenhuma outra representação ocidental a apoiou (MILLER, 1961).

Embora a União Soviética e o bloco socialista não discordassem da ideia avançada pelos países não-alinhados, consideraram que a proposta pouco contribuía para o fim da instabilidade congoleza, visto que o próprio Secretário-Geral e o Comando da ONU frequentemente falhavam em implementar medidas e resoluções anteriormente aprovadas pelo Conselho de Segurança (GENERAL ASSEMBLY, 1960). Além disso, os países socialistas constantemente acusaram tanto os países ocidentais como o Secretário-Geral de debilitarem a soberania congoleza, tanto pela limitação da margem de ação do governo central pelo Comando da ONU como pelo apoio bélico que os países ocidentais garantiam aos separatistas de Katanga e às tropas mercenárias belgas. Assim, muitos desses países defendiam uma mudança nas ações da ONU, fazendo com que esta desarmasse mercenários contratados pelas forças belgas e que

apoiasse diretamente o governo central congolês na manutenção da integridade territorial (GENERAL ASSEMBLY, 1960).

Com relação à assistência militar unilateral, a maioria das representações considerava que deveria vir apenas da ONU, salvo em casos em que a organização requisitasse ajuda externa. A União Soviética se posicionou contra, argumentando que o envio de ajuda militar era legítimo devido a intervenção belga no país (GENERAL ASSEMBLY, 1960; MILLER, 1961).

A União Soviética tinha sido responsável pelo envio de armas, equipamentos e profissionais militares ao governo central, sendo essa assistência muitas vezes chave para o combate contra as forças separatistas (MILLER, 1961; HOBBS, 2014). Contudo, os EUA e seus aliados, que contribuíam fortemente para a manutenção da ONU, temiam que a continuação da ajuda externa soviética resultasse em uma aproximação do governo congolês à Moscou e, em um futuro próximo, que o Congo entrasse na esfera de influência socialista. Além disso, a própria ONU temia que a continuação da assistência soviética combinada com ações que o Ocidente poderia tomar, resultasse na inserção do Congo como uma das principais zonas de disputa da Guerra Fria (HOBBS, 2014; ARMSTRONG, LOYD and REMOND, 1996).

Assim, a discussão sobre o fim das contribuições unilaterais não só envolvia diretamente os interesses conflitantes das duas superpotências como também o interesse da ONU em evitar uma internacionalização ainda maior da Crise no Congo. Apesar da oposição soviética, a proposta foi incorporada à resolução final dado o apoio das representações africanas, que compartilhavam da visão do Secretário-Geral de que a continuação da assistência unilateral aumentaria as tensões entre a URSS e os EUA (GENERAL ASSEMBLY, 1960; MILLER 1961).

Dessa forma a resolução final da 4ª Sessão de Emergência lançava um novo apelo às autoridades congoleesas para estabelecerem uma solução dos conflitos e oferecia o apoio dos representantes afro-asiáticos no Comitê Consultivo para avançarem possíveis mediações (NAÇÕES UNIDAS, 1960).

A resolução ainda estabelecia um Fundo das Nações Unidas para o Congo, com o objetivo de promover a soberania do país e uma melhora nas condições econômicas, requisitando a contribuição dos Estados membros para este fundo (NAÇÕES UNIDAS, 1960).

Finalmente, a resolução solicitava que os Estados não mais enviassem ajuda militar para o Congo de forma unilateral, mas sim através de contribuições das Nações Unidas, por meio da ONUC (NAÇÕES UNIDAS, 1960).

As medidas da resolução da 4ª Sessão de Emergência tiveram poucos resultados concretos. Apesar de tanto a ONUC como o Fundo das Nações Unidas para o Congo terem sido reforçados, a situação no país continuava instável e a ONU ainda não atuava de forma suficiente ativa para pôr o fim a presença belga e a secessão de Katanga (HOBBS, 2014).

Essa situação mudaria logo depois do assassinato do Primeiro-Ministro Patrice Lumumba, em 17 de janeiro de 1961. Fugindo de sua prisão domiciliar em dezembro de 1960, Lumumba foi capturado pelas forças de Mobutu, que posteriormente o transferiram para Katanga, onde foi executado na presença tanto de oficiais belgas como dos líderes separatistas, incluindo o próprio governador Moïse Tshombé (HOBBS, 2014).

A morte de Lumumba provocou uma forte resposta internacional tanto por parte dos países afro-asiáticos como por parte do bloco socialista. A inação das Nações Unidas para impedir seu assassinato e a clara parcialidade da Operação em favor dos interesses ocidentais levaram os soviéticos e seus aliados a suspenderem os pagamentos a ONU, passando a exigir a demissão do Secretário-Geral e recusando-se a reconhecerem sua autoridade. Além disso, os soviéticos demandavam a formação de uma *troika* composta por representantes do Ocidente, do bloco socialista e dos Estados não-alinhados para comandar a ONU (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996; KOUASSI, 2010).

Os países afro-asiáticos, aproveitando a forte pressão do bloco socialista, renovaram sua pressão para exigir que a ONUC apoiasse o governo central. Assim, durante a reunião do Conselho de Segurança no dia 21 de fevereiro de 1961, foi aprovada a Resolução 161, que autorizava os capacetes azuis a usarem a força para garantir a unidade política e estabelecia medidas para a evacuação de todas as forças belgas do território congolês (KOUASSI, 2010; O'MALLEY, 2015).

Apesar do sucesso inicial, diversos contingentes das tropas da ONU acabaram isolados devido à superioridade militar das forças mercenárias belgas. Hammarskjöld solicitou a Moïse Tshombé cessar-fogo e negociações, que, no entanto, nunca se realizaram (KOUASSI, 2010). Dag Hammarskjöld faleceu em 17 de setembro de 1961, na queda do avião que o transportava para o Congo. Até hoje não é possível afirmar

com certeza absoluta se a queda do avião foi um acidente ou foi uma ação deliberada para assassinar Hammarskjöld (HOBBS, 2014).

A morte de Hammarskjöld também causou uma forte mobilização da comunidade internacional. Para além do reforço da grande assistência militar que os EUA forneciam à ONU, o novo Secretário-Geral, o diplomata birmanês U Thant, patrocinou uma resolução no Conselho de Segurança que autorizava claramente o uso da força por parte da Operação para combater as forças mercenárias e pôr fim a separação do Katanga. Aprovada no dia 21 de novembro de 1961, a nova resolução do Conselho de Segurança tinha como objetivo principal obrigar Tshombé a negociar e terminar o movimento separatista (KOUASSI, 2010).

No dia 21 de janeiro de 1963, as forças das Nações Unidas já haviam forçado a retirada da maioria dos mercenários belgas e asseguraram o fim do separatismo katanguense com a rendição dos ministros de Katanga e o exílio de Tshombé (KOUASSI, 2010).

Apesar da ONU ter cumprido a missão de pôr fim às intervenções militares belgas no Congo e ter garantido a unidade política do país, as rebeliões internas continuaram. As forças da ONU não buscaram evitar os confrontos entre os rebeldes e o exército congolês nem tentaram realizar alguma mediação entre as partes, deixando que o exército congolês massacrasse os rebeldes e consolidasse o poder que Mobutu já possuía (KOUASSI, 2010; HOBBS, 2014).

Além disso, o balanço do envolvimento das Nações Unidas no Congo era extremamente negativo para a Organização. Para além dos problemas internos causados pela morte de Dag Hammarskjöld, a ONU se encontrava em uma grave crise orçamentária. 32 Estados haviam deixado de pagar suas contribuições, causando um déficit no orçamento da Organização de 100 milhões de dólares em 1964 (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Finalmente, as consequências políticas da Operação no Congo causaram uma forte hesitação para a implementação de novas missões de paz, tanto por parte da ONU como por parte de muitos Estados africanos. Durante a Guerra do Biafra na Nigéria, por exemplo, o Presidente do país evitou qualquer envolvimento da ONU no conflito, com medo de que a presença das Nações Unidas fizesse com que seu destino fosse igual ao de Lumumba (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Apesar das claras falhas e consequências negativas da ONU, é possível argumentar que a manutenção da integridade territorial da República do Congo permitiu

que a Organização da União Africana (OUA) defendesse a política de não questionamento das fronteiras coloniais durante a primeira sessão da Organização em 1963 (WEISS, FORSYTHE and COATE, 1997; HOBBS, 2014).

2.2.5. 5ª Sessão Especial de Emergência – A Situação no Oriente Médio e status da cidade de Jerusalém

A 5ª Sessão Especial de Emergência, realizada entre os dias 17 de junho a 21 de julho de 1967, com uma reunião final no dia 21 de setembro daquele ano, se debruçou sobre os eventos conhecidos como a guerra dos Seis Dias ou a Guerra do Sinai ou ainda a Terceira Guerra Árabe-Israelense (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Considerando-se ameaçada pela mobilização de forças egípcias, Israel atacou, de surpresa, aeroportos militares, destruindo quase completamente a aviação egípcia. Simultaneamente, com ataques terrestres, Israel invadiu a Faixa de Gaza e a Península do Sinai. Aliados do Egito, a Síria e a Jordânia, revidaram aos ataques. Por sua vez, Israel ocupou Jerusalém Leste, e a região conhecida como Margem Ocidental, além das colinas do Golã (POPP, 2006). No dia 11 junho de 1967, um cessar-fogo foi assinado entre as partes combatentes, tanto pelo fato de que Israel havia alcançado seus objetivos militares como pela pressão do Conselho de Segurança para um fim das hostilidades (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b). O conflito causou o deslocamento de centenas de milhares de palestinos, bem como de milhares de sírios das Colinas de Golã (POPP, 2006).

O Conselho de Segurança foi acionado pela União Soviética com o início dos confrontos. A situação bélica mostrava uma clara vantagem militar de Israel e a URSS temia que a Síria e o Egito sofressem derrotas extremamente humilhantes. O Conselho de Segurança, com o apoio tanto da União Soviética como dos EUA, que havia recebido garantias expressas de não envolvimento soviético no confronto, aprovaram apelos para o fim do conflito e um acordo de cessar-fogo (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Apesar do Conselho de Segurança conseguir estabelecer um acordo de cessar-fogo entre as partes envolvidas e requisitar um reforço da UNTSO para observar e garantir esse acordo, as tropas israelenses continuavam nos territórios que ocuparam durante a guerra. Assim, a União Soviética mobilizou a Assembleia Geral para solicitar uma Sessão Especial de Emergência em julho de 1967. Apresentava como justificativa

que a continuação do exército israelense em territórios árabes desrespeitava as resoluções do Conselho que pediam o fim do conflito, criava instabilidade regional e mostrava que o Conselho de Segurança não era capaz de exercer propriamente a sua autoridade (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Assim, a atitude da URSS no Conselho de Segurança em buscar um fim às hostilidades antes de condenar Israel se modificou. Na Sessão de Emergência Moscou defendia que a responsabilidade principal da Assembleia seria condenar as atitudes de Israel durante a guerra e garantir uma retirada dessas tropas dos territórios ocupados (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b; GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Os EUA, assim como grande parte dos países ocidentais, acreditavam que a condenação de Israel pela Assembleia Geral pouco contribuiria para resolver as grandes desavenças que existiam entre o Estado israelita e os países árabes. Assim, a Assembleia teria que resolver o que era considerado a questão principal nesse conflito: o fim das hostilidades e não-reconhecimento de Israel por parte de países árabes, para que as negociações de paz pudessem ser realizadas (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Essa interpretação estadunidense tinha como base os interesses de Israel no conflito. A representação israelense, chefiada pelo seu Ministro das Relações Exteriores Abba Eban, se negava a aceitar uma retirada das suas tropas, alegando que o fim da presença do exército nos territórios árabes apenas reestabeleceria as condições que permitiram a agressão dos países árabes. Assim, Israel defendia que a Assembleia deveria apoiar negociações bilaterais de Israel com os países árabes envolvidos no conflito e pressionar para que esses países reconhecessem o Estado de Israel. Além disso, Israel acusou o Egito de iniciar as hostilidades na região, defendendo que suas ações durante a guerra eram meramente defensivas (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Os países árabes, em especial o Egito e a Jordânia, acusaram Israel de sérias violações, como a expulsão de habitantes locais e destruição de suas vilas para uma anexação futura desses territórios, o uso de napalm e maltrato a prisioneiros de guerra. Assim, a grande maioria dos países do Oriente Médio exigia a retirada imediata das tropas israelenses antes de qualquer possibilidade para um fim formal do conflito (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Embora os a maior parte dos países africanos tivesse uma posição bem próxima a da maioria dos países latino-americanos na questão, havia uma grande diferença sobre qual deveria ser o tópico de maior prioridade. Enquanto os países africanos acreditavam que a retirada das tropas israelenses era um assunto mais urgente, os países latino-

americanos acreditavam que o fim da hostilidade dos países árabes a Israel deveria ser o primeiro ponto a ser colocado em destaque em uma resolução (GENERAL ASSEMBLY, 1968). Ainda assim, foi a partir da iniciativa da representação nigeriana que foi apresentado um plano de paz para a região (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

O plano de paz, apresentado pelo Ministro Anthony Enahoro, tinha como bases principais a retirada do exército israelense; o estabelecimento de zonas tampão entre Israel e os Estados árabes com presença de forças da ONU; a presença de um representante do Secretário-Geral na região para coordenar as negociações sobre disputas territoriais; retorno de refugiados e fim das hostilidades entre os países. Apesar das ideias sugeridas pela Nigéria serem adaptadas para propostas de resolução, estas não alcançaram a maioria suficiente para serem aprovadas na Assembleia, em grande parte devido à oposição dos países ocidentais (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

Assim, as resoluções aprovadas na Sessão não tratavam dos principais tópicos que apareceram durante as discussões, isto é, a questão da evacuação de tropas israelenses e o reconhecimento de Israel por parte dos países árabes.

A primeira resolução (ES-V 2252), formulada pela representação da Suécia, se dirigia especialmente ao governo de Israel para garantir a segurança e bem-estar dos habitantes das áreas em conflito. Além disso, a resolução apreciava os esforços da UNICEF, da Cruz Vermelha e de outras organizações na distribuição de ajuda humanitária na região e pedia contribuições dos Estados para diminuir o sofrimento dos refugiados e deslocados (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

A segunda (Resolução ES-V 2253), avançada pela representação paquistanesa, condenava as ações tomadas por Israel tentando anexar a cidade de Jerusalém e demandava o término dessas ações. A terceira resolução (ES-V 2254), também avançada pelo Paquistão, condenava Israel por não obedecer a resolução anterior⁸ (GENERAL ASSEMBLY, 1968).

A quinta resolução (ES-V 2256) requeria que o Secretário Geral encaminhasse ao Conselho de Segurança os registros da Sessão de Emergência para que o Conselho de Segurança retomasse o tema, enquanto a Quinta Sessão de Emergência era adiada temporariamente. Além disso, a resolução permitia a reconvocação da Sessão de Emergência por meio de ação do Presidente da Assembleia Geral (NAÇÕES UNIDAS,

⁸ A quarta - Resolução ES-V 2254 - foi de cunho burocrático aprovando o Comitê de Credenciais.

1967). Por fim a Resolução ES V 2257, transferiu a agenda da Sessão de Emergência para a 22ª Sessão Regular, além de encaminhar os seus registros para aquela (NAÇÕES UNIDAS, 1967).

De forma geral, pode-se dizer que a 5ª Sessão foi um grande impasse, na qual os países mais próximos a Israel não conseguiram aprovar propostas de resolução que fizessem com que a atuação da ONU favorecesse Israel. Além disso, as representações mais favoráveis aos países árabes também não conseguiram avançar com suas propostas de retirada das tropas israelenses.

Apesar do Conselho de Segurança ter aprovado de forma unânime uma estrutura para a promoção das negociações de paz através da Resolução 242, que retomava a ideia lançada pela Nigéria em estabelecer um representante do Secretário-Geral para garantir a realização das negociações de paz entre os beligerantes, nem Israel nem os países árabes aceitaram esta estrutura. Assim, as partes envolvidas no conflito continuavam oficialmente em um estado de guerra (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 1967; ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Dessa forma, a presença incrementada da UNTSO, que o Conselho de Segurança aprovava em junho daquele ano, se provou essencial para evitar a escalada de tensões na região. Essa presença agia como uma força tampão entre os lados beligerantes, uma tarefa difícil e que custou a vida de parte de seus membros (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Devido à contínua presença de Israel nos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, a situação regional só seria parcialmente resolvida após a Guerra do Yom Kippur em 1973. Para além desta guerra colocar novamente Israel contra os países árabes, ela ameaçava também o envolvimento tanto dos EUA como da URSS, que haviam colocado seu pessoal militar em alerta máximo devido as mobilizações militares de ambos os lados (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Assim, o Conselho de Segurança foi convocado tanto para buscar um fim do conflito, como para impedir o envolvimento das superpotências neste. A solução encontrada foi o estabelecimento de uma Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF II) que atuaria na Península do Sinai (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

A UNEF II conseguiu tanto impedir uma escalada de tensões entre as superpotências, como permitiu a manutenção do frágil cessar-fogo entre Israel e Egito, estabelecendo o Sinai como uma zona tampão entre esses Estados. Além disso, a

redução das tensões entre esses países mais tarde, permitiria que Israel e Egito fizessem um acordo de paz e o Acordo de Camp David em 1978 (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Israel também assinou um acordo com a Síria para cessar os combates sob a supervisão da UNDOF⁹, que estabeleceu uma zona tampão que permanece até hoje nas Colinas do Golã. Contudo, essa região fronteiriça continua, ainda hoje, sob ocupação militar israelense, e a presença de forças tampão da UNDOF (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

2.2.6. 6ª Sessão Especial de Emergência – A Situação no Afeganistão

A 6ª Sessão de Emergência da Assembleia Geral, ocorrida entre os dias 10 e 14 de janeiro de 1980, teve como centro das discussões a intervenção soviética e as suas consequências para a Guerra Civil no Afeganistão.

No ano de 1973, o Afeganistão se tornou uma república por meio de um golpe de Estado realizado pelo Primeiro-Ministro Daoud Khan. O golpe pôs fim à monarquia, que estava enfraquecida devido a severas crises econômicas e o envolvimento da família real em um escândalo de corrupção (NASCIMENTO et al 2014).

Buscando evitar maiores instabilidades internas devido à instabilidade política e econômica, Daoud Khan (assumindo a posição de presidente do país) procurou fazer uma série de conciliações com os principais grupos políticos afegãos, além de implementar reformas para pôr fim à crise econômica (NASCIMENTO et al 2014).

Apesar das reformas econômicas terem sido relativamente bem-sucedidas, a conciliação política promovida por Daoud não conseguiu evitar o surgimento de tensões entre o seu governo e os comunistas afegãos, devido às concessões cada vez maiores do governo para os setores políticos mais conservadores (NASCIMENTO et al 2014).

Além disso, a República do Afeganistão teve uma deterioração das suas relações com a União Soviética, tanto pelas tensões internas com o Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA) como pela manutenção da política externa não-alinhada do período monárquico, que por vezes indicava uma aproximação com os EUA como forma de barganhar melhores acordos com a URSS (NASCIMENTO et al 2014; GASSER, 1983).

⁹ Força das Nações Unidas de Observação da Separação, na sua sigla em inglês.

Devido ao crescente conservadorismo do governo Daoud e a piora nas relações com a URSS, os comunistas do PDPA começaram a se rebelar contra o governo, que por sua vez respondeu realizando uma forte repressão que resultou na morte de um dos líderes do Partido em 1978. Como resposta a essa perseguição, o partido começou a mobilizar grandes manifestações contra o governo e, ainda em 1978, tomou o poder por meio da força, executando o presidente Daoud no palácio presidencial (NASCIMENTO et al 2014).

Logo após assumir o poder, o PDPA anunciou uma série de reformas que enfureceram os grupos conservadores, como a nacionalização das empresas estrangeiras, o estabelecimento de uma reforma agrária e a obrigatoriedade do ensino para as mulheres. Assim, os setores religiosos mais conservadores começaram a montar uma oposição armada ao regime desde o seu início (DUARTE et al 2014; NASCIMENTO et al 2014).

Para além disso, o novo governo possuía pouco apoio popular e o próprio partido se encontrava em uma disputa interna, com a facção *Khald* que defendia a implementação imediata do socialismo no país, enquanto a facção *Parcham* apoiava a formação de um governo provisório e uma transformação gradual ao socialismo (NASCIMENTO et al 2014).

Cientes das fortes limitações militares para conter a revolta, o governo afegão solicitou apoio político e militar da União Soviética, assinando em dezembro de 1978 um tratado de cooperação com a superpotência. Com o acirramento da Guerra Civil no país, a República Popular do Afeganistão solicitou auxílio da URSS com base nos acordos feitos entre as duas partes, resultando na intervenção soviética em dezembro de 1979 (GASSER, 1983; DUARTE et al 2014).

Apesar da presença de cerca de 80.000 tropas soviéticas em território afegão, o conflito interno apenas se intensificou. A presença soviética no país não só encorajou a continuação da luta armada por parte dos grupos conservadores, como também resultou no surgimento de grupos *mujahidins*, que eram compostos tanto por afegãos como por estrangeiros vindos principalmente de países com maiorias mulçumanas. Estes grupos visavam tanto a retirada da URSS e a queda do regime socialista, como a implementação de um Estado teocrático de acordo com suas interpretações da lei islâmica (NASCIMENTO et al 2014).

É importante destacar que esses novos grupos insurgentes recebiam apoio externo tanto de países árabes, que se utilizaram da Guerra no Afeganistão para esvaziar

suas prisões de membros terroristas, como do Paquistão e dos EUA, que buscavam tolher o que viam como uma expansão soviética na Ásia central e expandirem sua influência naquela região (NASCIMENTO et al 2014).

Com a presença soviética no país e a intensificação dos conflitos, o Conselho de Segurança se reuniu no início de janeiro de 1980 para discutir a intervenção. Contudo, o Conselho foi incapaz de aprovar uma resolução devido aos vetos da URSS, que argumentava que sua presença no Afeganistão era legítima, sendo baseada tanto em acordos, como por solicitações realizadas pelo governo afegão. Assim, o Conselho de Segurança decide passar este tópico para a agenda da Assembleia Geral por meio de uma Sessão de Emergência (GASSER, 1983; REICHER, 1981).

Durante as reuniões da 6ª Sessão, havia uma clara divisão sobre a legalidade da intervenção soviética no país. A grande maioria das representações na Assembleia, incluindo tanto os países ocidentais e seus aliados como o Movimento dos Não-Alinhados e a própria China, acusaram a URSS de invadirem o Afeganistão causando a destruição do país e a morte de centenas de civis em um Estado que tinha poucas condições para se defender de uma agressão internacional de tamanho porte (REICHER, 1981).

O governo afegão, junto com os países socialistas e aliados da União Soviética, mantiveram a posição durante as discussões de que a “Situação no Afeganistão” era um assunto que dizia apenas a República Democrática do Afeganistão e a URSS, não se tratando, portanto, de um assunto de interesse internacional ou de uma possível ameaça à paz. Além disso, esses Estados argumentavam que a única ação próxima a uma violação da soberania afegã seria o apoio que os países ocidentais e os países árabes davam aos grupos insurgentes que agravavam o conflito interno (GASSER, 1983; REICHER, 1981).

A Resolução aprovada na Sessão condenava a intervenção soviética no Afeganistão. Evocava tanto o respeito à soberania e à independência política entre os Estados, como condenava a intervenção militar no país. Contudo é preciso notar que a Resolução em nenhum momento faz menção direta às forças soviéticas no país. Ela apenas menciona a presença de tropas estrangeiras naquele Estado e exige a retirada destas (NAÇÕES UNIDAS, 1980a). Vale a pena sublinhar que segundo Gasser (1982), as Nações Unidas não se posicionaram sobre a legalidade do referido conflito, uma vez que não há menção específica sobre quais seriam as forças combatentes.

Além disso, a Resolução solicitava que os Estados realizassem contribuições humanitárias para os refugiados afegãos e outros cidadãos deslocados pelo conflito no país (NAÇÕES UNIDAS, 1980a).

Durante a 37ª Regular Sessão de 1981, uma resolução semelhante foi aprovada por uma larga maioria de 111 votos a favor, com 22 votos contrários e 12 abstenções. A nova resolução reafirmava tanto o pedido da retirada das tropas estrangeiras do país, como a autodeterminação do povo afegão em determinar o seu sistema político e econômico (NANDA, 1981).

Apesar da condenação das Nações Unidas à presença estrangeira no Afeganistão, a situação só seria parcialmente resolvida nos finais da década de 1980, quando Mikhail Gorbachev negociou a retirada das tropas do país. Apesar das garantias de não interferência firmadas pelos EUA e Paquistão nos Acordos de Genebra de 1988, as forças *mujahidins* já haviam recebido bastante apoio financeiro e material desses dois países, tendo dessa forma a capacidade de derrubarem o governo socialista. Assim, após a retirada do Exército Vermelho ocorreu a derrocada da República Democrática do Afeganistão em 1992 (NASCIMENTO et al 2014).

2.2.7. 7ª Sessão Especial de Emergência – A Situação do Médio Oriente

Durante as discussões do Conselho de Segurança sobre a questão dos direitos do povo palestino, uma proposta de resolução apresentada pela Tunísia foi vetada pelos EUA. Assim, os países que apoiavam a resolução, em grande parte membros do Movimento dos Não-Alinhados, acreditavam que devido ao veto estadunidense era possível convocar uma Sessão de Emergência da Assembleia Geral. Apesar desse veto ter sido no dia 30 de abril de 1980, a Sessão de Emergência ocorreria apenas em 22 de julho daquele ano (BLUM, 1986).

Durante as primeiras reuniões da Sessão, foi aprovada a Resolução ES-7/2 que exigia que Israel retirasse suas forças dos territórios árabes ocupados e respeitasse as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas sobre o caráter internacional da cidade de Jerusalém. Além disso, a Resolução reafirmava os direitos do povo palestino em estabelecerem um Estado próprio. Solicitava que o Secretário-Geral avançasse tanto na implementação das recomendações feita pelo Comitê para o exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, como das medidas avançadas pela própria Resolução (NAÇÕES UNIDAS, 1980b).

Finalmente, autorizava o Conselho de Segurança a tomar as medidas cabíveis caso Israel desrespeitasse essas medidas e adia a Sessão de Emergência, autorizando a Assembleia Geral a reconvocá-la quando necessário (NAÇÕES UNIDAS, 1980b; BLUM, 1986).

Durante as discussões da Sessão, o representante de Haiti (Mr. Coradin) destacou que apesar do conflito árabe-israelense estar sendo tratado na ONU há bastante tempo, as resoluções aprovadas tanto na Assembleia Geral como no Conselho de Segurança não conseguiam pôr fim a situação. O que se devia ao confronto de interesses das potências internacionais na região que constantemente deterioravam a pouca estabilidade existente (UNITED NATIONS, 1980).

Além disso, o representante haitiano destacava que a Resolução 242 do Conselho de Segurança deveria ser a principal base para um acordo que terminasse o confronto árabe-israelense. Também destacou que os Acordos de Camp David tinham sido marcos importantes para o estabelecimento da paz na região. Assim, para que o conflito pudesse ser resolvido, dois pontos centrais teriam que ser reconhecidos tanto pelos atores diretamente envolvidos, como pela comunidade internacional: o reconhecimento da independência e autodeterminação do povo palestino e a garantia do reconhecimento da existência de Israel e a segurança de suas fronteiras (UNITED NATIONS, 1980).

Finalmente, a representação haitiana não acreditava que a Resolução aprovada apresentaria resultados concretos, em grande parte porque considerava que não promovia um ambiente de diálogo entre as partes (UNITED NATIONS, 1980).

Posição semelhante foi avançada por Portugal, que argumentava que as discussões na Sessão pouco contribuíram para fomentar um ambiente conciliatório que promovesse futuras negociações entre as partes, pois a Resolução falhava em considerar as preocupações e direitos legítimos de ambos os lados (UNITED NATIONS, 1980).

Os discursos apresentados pelas representações de Moçambique e Angola eram contrários a essas posições. A representação moçambicana argumentava que o papel central dessa Sessão era defender os direitos inalienáveis do povo palestino e que um diálogo entre as partes seria praticamente impossível devido à arrogância que Israel regularmente apresentava nas Nações Unidas. E também pelo fato dos EUA bloquearem qualquer iniciativa no Conselho de Segurança que não beneficiasse Israel (UNITED NATIONS, 1980).

Angola também se aproximou desse discurso, afirmando que a luta palestina era uma espécie de microcosmo de várias lutas de autodeterminação que ainda estavam em curso. Para além de defender que a resolução da situação palestina seria chave para a estabilidade no Oriente Médio, as discussões sobre o conflito tinham que se focar nas práticas imperialistas que certos países adotavam contra o povo palestino (UNITED NATIONS, 1980).

A votação da Resolução também mostra uma divisão nessas linhas. Tanto os países do Movimento dos Não-Alinhados, como o bloco socialista e a grande maioria dos países latino-americanos votaram a favor da resolução, formando uma maioria de 112 votos.

Muitos países da Europa Ocidental e as representações do Haiti, Honduras, Japão, Libéria, Paraguai e Samoa defendiam que a Resolução seria um retrocesso das outras resoluções que a ONU aprovou sobre o assunto. Dessa forma se aproximavam das posições de Portugal e do Haiti, contudo essas representações votaram pela abstenção da Resolução. Assim, apenas as representações dos EUA, Canadá, Israel, Austrália, República Dominicana, Guatemala e Noruega votaram contra (UNITED NATIONS, 1980).

Como a Resolução ES-7/2 autorizava a Assembleia Geral a reconvocar a Sessão de Emergência quando entendesse como necessário, as reuniões da Sessão ainda continuariam. Contudo, com a sua retomada somente em 1982, uma série de controvérsias sobre a legalidade dessa retomada foi levantada, especialmente por parte de Israel e Estados Unidos. Esses defendiam que muito tempo se passara para retomar a Sessão, sendo que nesse período, a Assembleia realizara outras duas Sessões de Emergência, além de duas Sessões Regulares e uma Sessão Especial (BLUM, 1986).

Em sua justificativa a esses questionamentos, o Presidente da Assembleia Geral da época, que era o representante do Iraque, afirmou que, em seu entendimento, os patrocinadores da Resolução ES-7/2 tinham a intenção de permitir a retomada da Sessão mesmo com outras ocorrendo nos intervalos das reuniões. Além disso, o Presidente da Assembleia destacou que a Resolução previa que outras Sessões da Assembleia ocorreriam entre as primeiras reuniões e uma nova convocação da Sessão de Emergência, ao estabelecer que o último Presidente da Assembleia Geral poderia convocá-la (KIRPATRICK, 1988).

Assim, a 7ª Sessão de Emergência foi resumida, com reuniões em julho, agosto, e setembro do ano de 1982. Nessas reuniões foram aprovadas uma série de Resoluções,

que reforçavam a condenação das ações israelenses contra a população palestina e contra o Líbano, além de criticarem o desrespeito do Estado de Israel por várias resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia e reafirmavam os direitos dos palestinos (NAÇÕES UNIDAS, 1982a; *ibid.*, 1982c; *ibid.*, 1982d).

2.2.8. 8ª Sessão Especial de Emergência – A Questão da Namíbia

A ocupação da Namíbia pela África do Sul foi o tema da 8ª Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral da ONU.

Ocupada pela África do Sul durante a 1ª Guerra Mundial quando era uma colônia alemã, a Namíbia foi colocada sob o mandato britânico pela Liga das Nações, sendo que o Reino Unido depois transferiu este mandato para a África do Sul. Embora a região nunca tenha sido oficialmente anexada, o governo sul-africano tratava a região como uma de suas províncias, explorando os recursos minerais da região e aplicando o regime do *apartheid* (CHANAIWA, 2010).

Com a fundação das Nações Unidas e o estabelecimento do Conselho de Tutela, a Namíbia passou a ser considerada um Território de Tutela, o que significaria que a África do Sul teria a responsabilidade de garantir a independência da região nas décadas seguintes. Contudo, a definição da Namíbia como um Território de Tutela serviu apenas para legitimar a continuação da ocupação sul-africana (PINI, 2014).

Assim, devido à indisposição da África do Sul em negociar uma solução pacífica à independência da Namíbia e a crescente adesão dos Estados anticolonialistas às Nações Unidas, em 27 de outubro de 1966, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 2145 que encerrava o mandato sul-africano na Namíbia e declarava ilegal a ocupação e administração da África do Sul naquele território. O Conselho de Segurança também agiu de forma a reconhecer a decisão da Assembleia Geral, aprovando em 1969 as Resoluções 264 e 269, que reafirmavam as decisões da Assembleia Geral e exigiam o fim da ocupação sul-africana na região (PINI, 2014).

Apesar da questão namibiana permanecer nas discussões tanto da Assembleia Geral como do Conselho de Segurança, a independência de Angola e Moçambique em 1975 modificou profundamente as discussões na ONU e a luta pela independência namibiana (CHANAIWA, 2010).

Com receio de que os governos socialistas em Angola e Moçambique intensificassem a luta armada organizada pela SWAPO (Organização do Povo do

Sudoeste Africano), o regime sul-africano buscou desestabilizar esses governos, fornecendo armas e treinamento militar a grupos armados de oposição, com destaque à UNITA de Savimbi (CHANAIWA, 2010).

Além disso, a África do Sul buscou garantir o controle da Namíbia intensificando a exploração dos recursos naturais por parte de empresas nacionais e transnacionais. Além disso, estabeleceu um governo fantoche na região formado por pela minoria branca local, mantendo assim aparência de que o governo sul-africano estaria se preparando para garantir a independência da Namíbia (CHANAIWA, 2010).

A 8ª Sessão Especial de Emergência foi solicitada por meio de maioria na Assembleia Geral, liderada pela delegação do Zimbábue. A justificativa para sua convocação se baseava no fato de que o Reino Unido, a França e os EUA haviam vetado resoluções na reunião do dia 30 de abril de 1981 do Conselho de Segurança. Estas resoluções pediam não só o fim da ocupação sul-africana, como propunham uma série de sanções econômicas à África do Sul (UNITED NATIONS, 1981). Na visão de muitos países africanos, esses vetos significaram não só a incapacidade do Conselho em exercer suas funções, como também um desrespeito ao processo de independência da Namíbia sob a supervisão das Nações Unidas, como estabelecido em várias resoluções do próprio Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, 1981).

Assim, para coordenar tanto a solicitação de uma Sessão de Emergência, como para garantir a aprovação de uma resolução condenatória que incentivasse o boicote econômico à África do Sul, os países africanos discutiram a possibilidade de uma Sessão de Emergência para a Namíbia durante a 18ª reunião dos Chefes de Estado da Organização da Unidade Africana (OUA) em junho daquele ano. Após a coordenação dentro da OUA, os Estados africanos requisitaram apoio do Movimento dos Não-Alinhados para avançarem com a solicitação (UNITED NATIONS, 1981).

Assim, verifica-se que durante a 8ª Sessão de Emergência havia uma grande coordenação entre o chamado Terceiro Mundo. Esses, durante as discussões da Sessão, condenaram severamente as ações dos países ocidentais no Conselho de Segurança por impedirem a adoção de sanções contra a África do Sul (UNITED NATIONS, 1981). Além disso, esses países criticavam a permanência de relações econômicas do Ocidente com o regime do *apartheid* e a falta de maiores pressões internacionais por parte desses países, acusando-os de estarem favorecendo um regime hostil e que constantemente violava preceitos básicos do Direito Internacional (UNITED NATIONS, 1981).

A Resolução (ES-8/2) aprovada pela Assembleia Geral não só reafirmava várias resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança e pela própria Assembleia sobre a autodeterminação do povo da Namíbia, como também condenava fortemente as ações realizadas pela África do Sul na região: a militarização da Namíbia, as intervenções na guerra civil de Angola e a exploração de recursos naturais namíbios por parte de empresas internacionais. Além disso, a Resolução criticava a atuação da França, Reino Unido e Estados Unidos no Conselho de Segurança por bloquear as discussões mais recentes da questão naquele órgão (NAÇÕES UNIDAS, 1981).

Finalmente, a Resolução requisitava que o Conselho de Segurança implementasse sanções econômicas contra a África do Sul e pedia para que os países membros da Assembleia realizassem ações de boicote contra o regime do *apartheid* e reportassem essas ações para as Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1981).

A votação da Resolução reflete bastante as posições tomadas entre os países durante as discussões, mostrando uma clara divisão entre os países ocidentais e o resto do comitê. Tanto os países ligados ao bloco socialista como os países próximos ao Movimento dos Não-Alinhados e Estados classificados como membros do 3º Mundo votaram a favor da resolução (UNITED NATIONS, 1981).

Não houve votos contrários à Resolução, apenas votos de abstenção por parte de países como os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Suazilândia, Guatemala e os Estados da Europa Ocidental (UNITED NATIONS, 1981).

Durante a defesa da posição do chamado Grupo de Contato¹⁰ e seus aliados, a delegação canadense argumentou que a Resolução pouco contribuía para o avanço das negociações formais e informais que o grupo realizava com relação a independência da Namíbia. Além disso, destacou que a Assembleia Geral só possuía capacidades para elaborar recomendações. Assim, por mais que a Resolução se utilizasse de uma linguagem próxima das resoluções mandatórias do Conselho de Segurança, esta não tinha nenhum poder legal sobre os Estados. Dessa forma, a Resolução seria mais um exercício de retórica do que uma ação efetiva para se encontrar uma solução da situação da Namíbia (UNITED NATIONS, 1981).

De forma geral pode-se entender essa Sessão Especial como mais uma medida de reforço da crescente pressão internacional contra a África do Sul, ao longo da década de 1980.

¹⁰ Os países do Grupo de Contato, incluíam a Alemanha Ocidental, o Canadá, a França, o Reino Unido e os Estados Unidos.

Embora se tratem de questões diferentes, a questão do *apartheid* perpassava as discussões¹¹. É necessário também destacar que durante os anos de 1980 a África do Sul, com apoio do Grupo de Contato, se engajou em negociações com os chamados países da Linha de Frente – países que apoiavam diretamente a luta de libertação da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul. Este grupo, composto por Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia apoiava essas lutas tanto nos meios diplomáticos como nos meios militares, muitas vezes fornecendo armas para os grupos que lideravam movimentos de resistência (CHANAIWA, 2010).

Nessas negociações as discussões se centravam no papel que a SWAPO assumiria num governo da Namíbia independente, a estrutura política a ser adotada pelo país, assim como sua constituição, sistema eleitoral a ser adotado e a questão da minoria branca no país. Contudo, é necessário destacar que muitas vezes nessas negociações, a África do Sul parecia buscar ganhar tempo para a sobrevivência do seu regime do *apartheid*, do que realmente buscar uma solução para a desocupação do território da Namíbia¹² (PINI, 2014).

2.2.9. 9ª Sessão Especial de Emergência

A 9ª Sessão de Emergência da Assembleia Geral se reuniu entre os dias 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1982 para a discussão da contínua ocupação das forças israelenses nas Colinas do Golã.

No dia 14 de dezembro de 1981, o parlamento israelense aprovou uma lei que declarava que a legislação e a administração do Estado Israelense deveriam ser aplicadas nas Colinas do Golã (ISRAEL MFA, 1981). A Síria reivindicava as Colinas como parte de seu território, mas não tinha controle da região desde a Guerra dos Seis Dias, (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b). Assim, o país considerou a legislação israelense um claro ato de anexação do seu território e uma agressão internacional. Dessa forma, a representação síria levou a questão para a agenda do Conselho de Segurança (UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

¹¹ Telegrama da Delegação Brasileira na ONU, no.2130, do dia 7 de dezembro de 1984. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília 900.2 (A-30) (XX) - Territórios não autônomos - Relacionamento com a Metrópole.

¹² Telegrama no.1600 de 5 de fevereiro de 1982, da embaixada Brasileira em Londres. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília 900.1 (XXX) - Colonialismo-Imperialismo. Castanho 01.01.1977/1985.

No dia 17 de dezembro, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução 497 (1981), que declarava a lei israelense nula e sem efeito internacional. Pedia a revogação da lei pelo Estado israelense e reafirmava que as Colinas do Golã eram território sírio sob ocupação. Além disso, a resolução determinava que o Conselho de Segurança se reuniria novamente para discutir as medidas cabíveis, caso Israel desrespeitasse a resolução (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 1981; UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

No dia 5 de janeiro de 1982, o Conselho de Segurança se reuniu para discutir o desrespeito israelense à resolução anteriormente aprovada. Durante as discussões, uma proposta de resolução avançada pela Jordânia solicitava sanções a Israel para pôr fim à assistência militar e econômica ao país. Além disso, a proposta jordaniana encorajava que os Estados suspendessem relações diplomáticas com Israel (S/14832). Apesar da proposta ter alcançado maioria no Conselho, ela foi vetada pelos EUA. Assim, as representações favoráveis à proposta jordaniana decidiram pela convocação de uma Sessão de Emergência na Assembleia (UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

Durante as discussões, os países árabes, com destaque à República Árabe da Síria, não só condenaram as pretensões de Israel em anexar as Colinas do Golã, como também constantemente acusaram Israel de ter sido responsável pelo aumento das tensões na região e de historicamente bloquear iniciativas para resolver os conflitos no Oriente Médio. Além disso, esses países condenaram fortemente o veto dos EUA no Conselho de Segurança. Assim, essas representações defendiam que a Assembleia deveria passar uma resolução com uma linguagem próxima a da proposta vetada no Conselho, com o objetivo de adotar sanções que isolassem o Estado de Israel da comunidade internacional e o obrigassem a pôr fim às hostilidades com os vizinhos árabes (UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

A representação israelense, por sua vez, constantemente questionou a convocação da Sessão, afirmando que esta não só ia contra os procedimentos da Assembleia Geral, como também não passava de mais uma manobra política dos inimigos de Israel para deturpar os propósitos da ONU (UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

Com relação a questão das Colinas do Golã, a representação israelense afirmou que a questão não era uma ameaça à paz internacional, visto que praticamente nunca houve paz na região devido às contínuas hostilidades sírias e a recusa desse Estado em participar de negociações de paz com Israel. Além disso, Israel argumentou que a

expansão da legislação e administração estatal na região visava apenas regularizar a situação da população civil de forma a garantir seus direitos básicos (UN GENERAL ASSEMBLY, 1982).

A Resolução aprovada pela Sessão no dia 5 de fevereiro era, em sua grande parte, uma resolução condenatória das ações israelenses. A Resolução ES 9/1, para além de reafirmar as medidas avançadas pela Resolução 497 (1981) do Conselho de Segurança estabelecia claramente que a imposição da administração israelense no Golã era uma agressão internacional. Além disso, a resolução condenava tanto Israel por não respeitar a Resolução do Conselho de Segurança, como os EUA por vetarem a proposta que estabelecia sanções contra o governo de Tel Aviv (NAÇÕES UNIDAS, 1982g).

A Resolução ainda declarava Israel como um país hostil à comunidade internacional e solicitava que os Estados membros das Nações Unidas suspendessem acordos de cooperação que possuíam, como de forma a isolá-lo no cenário internacional. Finalmente, a resolução solicitava que o Secretário-Geral submetesse um relatório para a 37ª Sessão Regular da Assembleia acerca da situação no Oriente Médio (NAÇÕES UNIDAS, 1982g).

A votação da Resolução também permite analisar as posições tomadas entre os países nas discussões. Enquanto a maior parte dos países latino-americanos votaram pela abstenção, os países da Europa ocidental com outros aliados dos EUA votaram contra a Resolução. Já os países do bloco socialista e os Estados participantes do Movimento dos Não-Alinhados formaram a maioria na Assembleia responsável pela sua aprovação (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1982).

A 37ª Sessão Regular da Assembleia Geral também tratou da ocupação israelense no Golã, aprovando uma resolução que para além de reafirmar a resolução da Sessão de Emergência, condenava as ações de Israel nos territórios ocupados e os ataques que Israel realizara no sul do Líbano contra o governo libanês e refugiados palestinos (NAÇÕES UNIDAS, 1982d).

A questão das Colinas do Golã seria retomada durante a década de 90, não mais pelas instâncias da ONU e sim pelos próprios atores diretamente envolvidos. Israel e Síria iniciaram negociações sobre o tema em 1991, com o auxílio dos EUA que, apesar de cumprir a função de principal mediador, beneficiava constantemente a posição israelense. (DAOUDY, 2008)

Para a Síria, o objetivo principal com as negociações era garantir sua soberania nas Colinas, com base nas fronteiras anteriores à Guerra de 1967 e pôr fim a situação de

conflito com Israel, no qual o Estado israelita se mantinha em posição de superioridade. Para Israel, as negociações visavam tanto satisfazer questões de segurança nacional como também de integração econômica regional (DAOUDY, 2008).

Além dessas questões, o controle e o acesso aos recursos hídricos da região também eram um item de destaque nas agendas de negociações. Enquanto a Síria buscava garantir acesso aos recursos hídricos da região, Israel queria manter o seu controle sobre as nascentes do Rio Jordão. Assim, a questão hídrica colocava sérios obstáculos para um acordo entre as partes (DAOUDY, 2008).

Apesar de importantes avanços nas negociações, baseados principalmente na promessa do Primeiro-Ministro israelense Yitzhak Rabin da retirada completa do Golã com base nas fronteiras anteriores à 1967, nenhum tratado foi formalizado, tanto por medo do Governo israelense de uma forte rejeição da opinião doméstica, como pelo fato de que a diplomacia israelense começou a dar maior peso às negociações com os palestinos que viriam a culminar nos Acordos de Oslo em 1993 (DAOUDY, 2008).

Com o assassinato de Rabin em novembro de 1995, as negociações sofreram um forte recuo. Apesar do governo de Shimon Peres continuar as negociações, estas foram interrompidas devido às eleições antecipadas em Israel, sendo completamente abandonadas pela Síria após os ataques de Israel ao Líbano e a eleição de Benjamin Netanyahu. Embora as negociações fossem retomadas pelo governo israelense de Ehud Barak em 1999, estas falharam tanto por causa da pressão doméstica consequente do vazamento dos rascunhos dos acordos, como pelo fato de que Israel não mais estava disposto a evacuar suas forças para as fronteiras de 1967, prometendo no lugar uma nova fronteira a ser negociada, algo inaceitável para o governo sírio (DAOUDY, 2008).

2.2.10. 10ª Sessão Especial de Emergência (Pós-Guerra Fria)

Requisitada pela representação do Qatar em nome dos países da Liga dos Estados Árabes, a 10ª Sessão de Emergência teve seus trabalhos iniciados em 24 de abril de 1997 e até hoje ainda não foi formalmente concluída (UNITED NATIONS, 1997).

A convocação se deu devido ao fato de que os EUA vetaram uma resolução no Conselho de Segurança que criticava o estabelecimento de assentamentos israelenses ilegais em Jerusalém Leste (KRASNO and DAS, 2008; BEKKER, 2005).

Apesar das reuniões em abril resultarem na resolução ES-10/2 que condenou a construção de assentamentos e demandou que Israel respeitasse as Convenções de Genebra sobre o tratamento de civis em tempos de guerra, a Sessão foi convocada novamente em julho e novembro daquele ano. As resoluções aprovadas, ES-10/3 e ES-10/4, reforçavam as medidas da Resolução ES-10/2 e condenavam Israel por não as respeitar (KRASNO and DAS, 2008).

As reuniões da 10ª Sessão foram anualmente convocadas devido a novos acontecimentos no conflito israelo-palestino. Continuamente aprovaram resoluções condenatórias às ações de Israel nos territórios ocupados, lembrando as obrigações desse Estado perante as Convenções de Genebra. Contudo, as reuniões de 2003 são as que possuem maior destaque. A importância dessas reuniões deve-se ao fato de resultarem em um pedido da Assembleia Geral de parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre a construção do Muro da Cisjordânia nos territórios ocupados por Israel na Cisjordânia (KRASNO and DAS, 2008).

Durante o ano de 2003, Israel começou a construir uma muralha de concreto ao longo dos Territórios Palestinos Ocupados, principalmente no Norte da Cisjordânia e nos entornos de Jerusalém. O governo israelense afirmava que a construção da muralha era uma medida de segurança contra atos de terroristas palestinos (TRUDEAU, 2004). Contudo, uma grande maioria da comunidade internacional via a construção dessa muralha como claramente ilegal, já que cerca de 90% de seu trajeto se dava fora das fronteiras de Israel derivadas do armistício de 1949, causando sérios prejuízos sociais e econômicos a milhares de palestinos (BEKKER, 2005; KRASNO and DAS, 2008).

Assim, em outubro de 2003 a questão da Muralha da Cisjordânia entra nas discussões do Conselho de Segurança. No dia 14 de outubro, uma resolução que condenava a construção da muralha foi vetada pelos EUA, que insistia que qualquer condenação à construção da muralha deveria vir acompanhada de uma condenação de atos terroristas palestinos e das mortes de civis israelenses (KRASNO and DAS, 2008; BEKKER, 2005).

Dessa forma, o Presidente da Assembleia Geral decide reconvocar a 10ª Sessão de Emergência para discutir sobre o assunto, após um pedido para esta ação por parte de uma maioria da Assembleia Geral. As reuniões foram retomadas no dia 20 de outubro (KRASNO and DAS, 2008).

Durante as reuniões de outubro, a Assembleia Geral passou a Resolução ES-10/13 com uma larga maioria de 144 votos a favor, 4 votos contrários e e 12 abstenções.

Patrocinada pelos países membros da União Europeia, a Resolução demandava que Israel interrompesse a construção da muralha e destruísse as partes já completadas. Além disso, a Resolução pedia que o Secretário-Geral reportasse para a Assembleia Geral o cumprimento da Resolução por parte de Israel e os efeitos que a Muralha causara na população palestina (BURGIS, 2008; BEKKER, 2005; TRUDEAU, 2004).

Após a conclusão do relatório do Secretário-Geral, a 10ª Sessão de Emergência se reuniu novamente no dia 3 de dezembro para discutir o desrespeito de Israel à interrupção das obras da Muralha e dos impactos negativos da muralha para os palestinos, a pedido do Movimento dos Não-Alinhados e dos países da Liga Árabe (KRASNO and DAS, 2008; BURGIS, 2008).

Através da forte coordenação entre os países árabes e o grupo dos não-alinhados, a Assembleia Geral adotou a Resolução ES/10-14, que além de novamente condenar a continuação da construção da muralha, requisitava um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o status legal da Muralha na Cisjordânia (BEKKER, 2005; BURGIS, 2008).

No dia 9 de julho de 2004, o CIJ publicou seu parecer consultivo sobre a muralha israelense na Cisjordânia. O parecer concluiu que a muralha israelense era ilegal com base nos princípios e normas que regem o Direito Internacional. A Corte reafirmou que o território palestino é de fato um território ocupado, o que faz com que a 4ª Convenção de Genebra, sobre a questão da proteção de civis em situações de guerra, seja aplicável em território palestino. Além disso, a CIJ declarou que os assentamentos israelenses também são ilegais e violam o Direito Internacional (BEKKER, 2005).

É preciso destacar que embora Israel tenha decidido não participar dos procedimentos da CIJ para o parecer consultivo, os juízes da Corte levaram em consideração vários argumentos que autoridades israelenses haviam expressado publicamente em favor da construção da muralha e contra a participação da CIJ nessa questão (BEKKER, 2005).

Em 20 de julho de 2004, a 10ª Sessão de Emergência se reuniu novamente para aprovar a resolução ES-10/15, que não só tinha a intenção de reconhecer a importância do parecer consultivo como também reforçar a implementação desse (BEKKER, 2005).

Apesar do Estado de Israel até hoje não reconhecer o parecer da CIJ, a discussão da questão da muralha teve impactos domésticos. Durante os processos internos da CIJ sobre a questão, a Corte Suprema de Israel também discutiu sobre a questão da muralha, com uma ênfase no trajeto planejado desta. Isso acabou resultando na modificação de

certas partes desse trajeto, de modo que esta não adentrasse em território palestino. (KRASNO and DAS, 2008).

Com exceção das reuniões que culminaram no parecer consultivo da CIJ, a grande maioria das reuniões da 10ª Sessão de Emergência normalmente resultavam apenas em uma série de muitos discursos e pouca ação concreta. Assim, apesar de muitos Estados expressarem suas legítimas frustrações quanto a inexistência de uma solução pacífica para o fim do conflito Israel-Palestina, suas ações na Sessão de Emergência produziram poucos resultados para modificar a situação, o que reduziu bastante a capacidade de influência das Sessões de Emergência e da própria *Uniting for Peace* (KRASNO and DAS, 2008).

3. Considerações Finais

A Resolução *Uniting for Peace* resultou de uma manobra política dos países ocidentais para evitar o veto soviético durante a Guerra da Coreia. Contudo, a Resolução também teve forte embasamento no conteúdo da Carta das Nações Unidas, especialmente em relação aos artigos do Capítulo IV que tratam das responsabilidades da Assembleia.

Embora o primeiro parágrafo do artigo 11 limite a participação da Assembleia Geral em questões relativas à paz e a segurança internacional, o segundo parágrafo do artigo 11 e o artigo 14 da Carta permitem que a Assembleia assumira um papel secundário nas discussões de questões sobre a paz e a segurança internacional. Além disso, os artigos 10, 11, 14 e 18 permitem que a Assembleia Geral faça recomendações ao Conselho de Segurança (KRASNO and DAS, 2008).

Além disso, o segundo parágrafo do artigo 12 determina que tópicos da agenda do Conselho de Segurança podem ser transferidos para a Assembleia Geral com a anuência do Conselho de Segurança. Contudo, como o artigo não define os meios para esse consentimento no Conselho, é possível argumentar que o *Uniting For Peace* clarificaria como ocorreria esse processo. Assim, o *Uniting for Peace* preencheu lacunas existentes na Carta das Nações Unidas com relação à transferência de tópicos entre os dois órgãos e suas responsabilidades com relação à manutenção da paz e da segurança internacional. Dessa forma, é possível defender que a Resolução 377 seria um reforço

institucional à Carta das Nações Unidas, clarificando processos dentro da Organização (KRASNO and DAS, 2008).

É preciso destacar que as resoluções das quatro primeiras Sessões de Emergência continham parágrafos que atribuíam grandes responsabilidades ao Secretário Geral da época, Dag Hammarskjöld. A confiança das representações dos Estados expressa nesses parágrafos vinha do envolvimento ativo do Secretário-Geral para a resolução de disputas (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Uma dessas ações que contribuíram para reforçar a confiança em Hammarskjöld foi a capacidade do Secretário-Geral em estabelecer as Forças de Emergência na Crise de Suez. O que não só foi crucial para o fim do confronto, como estabeleceu as bases e os princípios das missões de paz durante a Guerra Fria (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Além desse caso, a atuação independente de Hammarskjöld para reforçar a Missão de Observação no Líbano e a criação de uma missão semelhante na Jordânia, cumpriram um papel importante para garantir a retirada das tropas anglo-americanas, embora não tenha sido tão central para estas operações (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996; TAL, 1995).

Apesar da proatividade de Hammarskjöld ter contribuído para um fortalecimento da ONU, a maioria das suas iniciativas foi bem-sucedida devido ao contexto em que seu mandato se inseriu na Guerra Fria com a União Soviética de Krushev e os EUA de Eisenhower defendendo a busca por uma coexistência pacífica entre os blocos (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

Embora os membros permanentes do Conselho de Segurança não vissem grandes problemas à atuação ativa do Secretário-Geral durante grande parte do seu mandato, esta situação mudou profundamente com a Crise do Congo. Ao conduzir a ONUC de uma forma que beneficiou principalmente os interesses dos países ocidentais, e que pouco agiu para impedir o assassinato do Primeiro-Ministro Lumumba, os soviéticos passaram a confrontar Hammarskjöld e exigir a sua demissão (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996).

A 10ª Sessão de Emergência, que ainda não foi finalizada até hoje, também não produziu resultados concretos que alterassem a ocupação israelense. Pode-se afirmar que a única exceção foi a Resolução ES-10/14, que requisitava o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre o Muro da Cisjordânia. Esse, com base nas suas interpretações do Direito Internacional, enquadrava a construção da muralha e dos

assentamentos israelenses como ações ilegais. Assim, pode-se afirmar que o pedido do parecer consultivo da CIJ foi uma maneira para evitar que o trabalho da Assembleia não fosse colocado novamente em um impasse devido às recusas de Israel.

É importante destacar que com relação à 10ª Sessão de Emergência da Assembleia Geral, grande parte dos trabalhos acadêmicos frequentemente faz apenas uma breve menção a esta Sessão como forma de explicar as origens do pedido de opinião da Corte Internacional de Justiça sobre a construção do Muro Israelense na Cisjordânia, ignorando assim os processos de coordenação que levaram a formulação desse pedido.

Como se observa ao longo desse trabalho, as Sessões Especiais de Emergência foram utilizadas com maior frequência durante o período da Guerra Fria, especialmente durante o mandato de Dag Hammarskjöld, da metade da década de 50 até o início dos anos 60, e no início da década de 80. Com o fim da disputa entre os EUA e a URSS, este mecanismo praticamente deixa de ser utilizado, realizando-se apenas uma Sessão Especial de Emergência convocada em 1997 que permanece inacabada.

Uma das possíveis causas do abandono do mecanismo das Sessões de Emergência pode ser o descontentamento que os EUA e outros países ocidentais tiveram com a ONU e a Assembleia Geral, com a expansão da Organização nos anos 60. A maioria que os Estados do chamado 3º Mundo compunha na Assembleia dificultava o avanço de certos interesses dos países ocidentais, tanto pelo fato dos países não-alinhados evitarem envolvimento com a Guerra Fria, como pelo seu forte anticolonialismo, que frequentemente resultavam em denúncias contra o Ocidente (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Desde o final da década de 60, as principais potências ocidentais se encontram em uma situação semelhante à da URSS durante os primeiros anos da Organização, no sentido em que não controlam os rumos que a Assembleia Geral toma em suas decisões. Assim, a proteção do poder de veto no Conselho de Segurança se tornou cada vez mais importante para os membros permanentes (KRASNO and DAS, 2008).

Os EUA, que iniciaram a mobilização para o estabelecimento do *Uniting for Peace*, perdeu a influência que possuía durante os anos iniciais da ONU e dificilmente consegue garantir um resultado na Assembleia que avance seus interesses externos (KRASNO and DAS, 2008).

Como forma de evitar esses obstáculos da Assembleia, tanto os EUA como a URSS passaram a se utilizar mais do Conselho de Segurança para avançar seus

interesses. Apesar da expansão do Conselho em 1965 ter permitido que os membros-não permanentes bloqueassem uma resolução, o ambiente ainda era bem mais propício aos membros permanentes devido ao seu poder de veto. Assim, no final da década de 60 e durante a década de 70, o Conselho de Segurança se tornou mais ativo e teve sua autoridade reforçada (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

O ambiente de *détente* durante os anos 70 contribuiu bastante para o reforço da autoridade do Conselho, tanto pela política estadunidense em buscar um equilíbrio entre as potências, como pelo uso cada vez maior de reuniões informais entre os P5 para consultas e coordenação entre esses membros (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Além disso, o reconhecimento da República Popular da China como representante do povo chinês em 1971 contribuiu para reforçar o Conselho, especialmente pelo fato de que a diplomacia chinesa recorrentemente preferia mostrar sua discordância por meio da abstenção do que pelo veto. Ainda, apesar da China possuir forte rivalidade com a URSS, suas relações com o Ocidente melhoraram significativamente ao longo da década de 70 (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Ainda assim, é importante lembrar que é a partir dos anos 70 que os EUA utilizam seu poder de veto com mais frequência, devido especialmente ao alargamento do Conselho de Segurança e a coordenação dos membros não-permanentes em propor ações contrárias aos interesses estadunidenses (ARMSTRONG, LOYD and REDMOND, 1996b).

Sem o apoio ou o comprometimento de países com forte peso no cenário internacional, a implementação efetiva das resoluções das Sessões de Emergência é pouco provável, já que muitas vezes necessita não só vontade política dos Estados Membros da Assembleia Geral, como também os recursos econômicos e até mesmo militares em certos casos (KRASNO and DAS, 2008).

Apesar da falta de vontade política para a efetivação das resoluções das Sessões de Emergência, a Assembleia Geral das Nações Unidas ainda é um dos órgãos centrais para se considerar a opinião predominante entre os Estados e, conseqüentemente, pode ser considerada um tipo de autoridade moral no cenário internacional. Embora as resoluções não tenham caráter compulsório, pode-se afirmar que elas possuem uma força moral, sendo que Estados e outros atores internacionais que as descumprem,

regularmente são alvos de condenações e até mesmo ações diplomáticas por parte de outros Estados (KRASNO and DAS, 2008).

Assim, nos casos mais recentes, as Sessões de Emergência não tiveram o mesmo impacto que tiveram em situações da Guerra Fria, como na Crise do Canal de Suez e na instabilidade no Líbano e na Jordânia. Cabe destacar que nas agendas das Sessões de Emergência houve a predominância dos conflitos e tensões no Oriente Médio. Das dez Sessões de Emergência realizadas até hoje, sete tratam sobre questões do Oriente Médio, sendo que deste número, seis abarcam as relações hostis que Israel possui com seus vizinhos árabes. Este foco das Sessões de Emergência na região, e especialmente sobre o conflito árabe-israelense, pode ser explicado pelo fato desse conflito ser um dos mais antigos e persistentes com que a ONU tem tido que lidar (BURGIS, 2005). Assim, para cada uma das Sessões de Emergência convocadas para tentar enfrentar essa situação, esperava-se avançar resultados que contribuíssem para o fim dessas tensões. Porém, estas reuniões pouco conseguiram modificar a situação, tanto pela falta de vontade política para a implementação das resoluções dos países envolvidos, como pelas capacidades limitadas de certos Estados em influenciar a situação. Mas, o fator principal da ineficácia das Sessões deve-se ao forte apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos e seus aliados mais próximos à Israel, que dessa forma consegue sustentar seu desrespeito às resoluções das Nações Unidas.

Ainda que seja possível defender que o tratamento contínuo desse tópico tenha auxiliado em parte a causa de apoio à criação de um Estado palestino, ao expor de forma pública as ações arbitrárias e as políticas de ocupação que Israel mantém contra as populações dos territórios ocupados, este não foi suficiente para modificar a posição dos principais aliados de Israel. Dessa forma, o estado israelita ainda continua com suas políticas agressivas, violando convenções sobre questões humanitárias, para além de comprometer a eficácia das Nações Unidas nas resoluções de crises e conflitos internacionais.

A atual Guerra Civil da Síria também evidencia as dificuldades de atuação da ONU, mas contribui em parte para a retomada da discussão sobre o *Uniting For Peace* e o uso das Sessões de Emergência (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016). Os impasses do Conselho de Segurança sobre a Síria se devem especialmente à possibilidade de intervenção. Enquanto os EUA, Reino Unido e França têm sido favoráveis a diferentes formas de intervenção para constranger as ações militares do governo sírio, a Rússia e a China apresentam uma opinião contrária, pelo fato de que receiam que intervenções

contra o Estado sírio desestabilizariam ainda mais a situação, como de fato ocorrera após a intervenção da OTAN na Líbia (EMINUE and DICKSON, 2013).

Dessa forma, tanto os Estados como a opinião pública de vários países têm se frustrado com o Conselho de Segurança, especialmente por considerarem que as Nações Unidas deveriam ser a principal responsável em buscar formas para proteger a população civil no país. Além disso, os impasses sobre a Síria na ONU têm incentivado os membros permanentes do Conselho a utilizarem ações fora do escopo das Nações Unidas para atuarem nessa situação (AL JAZEERA, 2016).

Apesar da falha do Conselho em lidar com a Guerra Civil Síria, também é preciso considerar as limitações que uma Sessão de Emergência para superar essa situação. Não só por causa do caráter retórico que as Sessões tomaram como também pelos fortes interesses conflitantes da Rússia e da China com os Estados Unidos e os seus aliados mais próximos.

Mesmo assim, o uso da Resolução 377 ainda é uma ferramenta que permite estabelecer um espaço de deliberação e ação quando há o bloqueio do Conselho de Segurança, e, portanto, não deveria ser simplesmente descartada e nem permanecer apenas como um espaço de discursos retóricos. Para superar a situação de impasses das Sessões de Emergência seria necessária uma renovação das perspectivas de atuação dos países nas Nações Unidas (KRASNO and DAS, 2008).

Embora não existam muitas perspectivas atuais de como renovar o mecanismo das Sessões de Emergência, as discussões sobre a reforma das Nações Unidas, recentemente retomadas devido a comemoração de 70 anos da Organização, poderiam oferecer discussões mais aprofundadas sobre a questão, oferecendo tanto um balanço sobre o mecanismo, como sistematizando os avanços e falhas presentes nas Nações Unidas.

4. Fontes e Bibliografia:

Fontes primárias:

Telegramas diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (ITAMARATY) referentes à questão da Namíbia. Fotocópia.

NAÇÕES UNIDAS. *Resolutions adopted by the General Assembly during its First Emergency Special Session from 1 to 10 November 1956*. Nova York, 1956a.

Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/3354&Lang=E>.

_____. *Resolutions adopted by the General Assembly during its Second Emergency Special Session from 4 to 10 November 1956*. Nova York, 1956b. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/3355&Lang=E>.

_____. *Resolutions adopted by the General Assembly during its Third Emergency Special Session from 8 to 21 August 1958*. Nova York, 1958. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/3905&Lang=E>.

_____. *Resolutions adopted by the General Assembly during its Fourth Emergency Special Session 17-19 September 1960*. Nova York, 1960. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/4510&Lang=E>.

_____. *Resolutions adopted by the General Assembly during its Fifth Emergency Special Session 17 June-18 September 1967*. Nova York, 1967. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/6798&Lang=E>.

_____. *Resolution ES-6/2. The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security*. Nova York, 1980a. Disponível em:

<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/209/43/IMG/NR020943.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/2. Question of Palestine*. Nova York, 1980b. Disponível em:

<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/209/72/IMG/NR020972.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/3. Work of the Committee on the Exercise of the Inalienable Rights of the Palestinian People*. Nova York, 1980c. Disponível em:

<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/209/74/IMG/NR020974.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/4. Question of Palestine*. Nova York, 1982a. Disponível em:

<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/203/77/PDF/NL820377.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/5. Question of Palestine*. Nova York, 1982b. Disponível em:

<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/203/83/PDF/NL820383.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/6. Question of Palestine*. Nova York, 1982c. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/203/89/PDF/NL820389.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution 37/123. The situation in the Middle East*. Nova York, 1982d. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/37/123>.

_____. *Resolution ES-7/7. International Conference on the Question of Palestine*. Nova York, 1982e. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/203/95/PDF/NL820395.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/8. International Day of Innocent Children Victims of Aggression*. Nova York, 1982f. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/204/01/PDF/NL820401.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-7/9. Question of Palestine*. Nova York, 1982g. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL8/204/07/PDF/NL820407.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-8/2. Question of Namibia*. Nova York, 1981. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/209/95/IMG/NR020995.pdf?OpenElement>>.

_____. *Resolution ES-9/1. The situation in the occupied Arab territories*. Nova York, 1982h. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/000/64/IMG/NR000064.pdf?OpenElement>>.

Bibliografia:

AL JAZEERA. Syria's war: UN Security Council votes on Aleppo. 9 out. 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/10/syria-war-security-council-vo-tes-aleppo-161008164635062.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ANABTAWI, S. N. The Afro-Asian States and the Hungarian Question. *International Organization*, v. 17, n. 4, 1963. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2705107>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

ARMSTRONG, D.; LOYD, L. and REDMOND, J. 3 The American-led, Cold War United Nations, 1945-1960. In: _____. (Orgs.). *From Versailles to Maastricht: International Organizations in the Twentieth Century*. Londres: MacMillan Press Ltda., 1996. p. 62-87.

_____. 4 The Third World UN, 1960-1980. In: _____. (Orgs.). *From Versailles to Maastricht: International Organization in the Twentieth Century*. Londres: MacMillan Press Ltda., 1996b. p. 88-112.

BEKKER, P.H.F. The World Court's Ruling regarding Israel's West Bank Barrier and the Primacy of International Law: An Insider's Perspective. *Cornell International Law Journal*, v. 38, n.2, p. 553-568, 2005. Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/cilj/vol38/iss2/6?utm_source=scholarship.law.cornell.edu%2Fcilj%2Fvol38%2Fiss2%2F6&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BLUM, Y. Z. The Seventh Emergency Special Session of the UN General Assembly: An Exercise in Procedural Abuse. *The American Journal of International Law*, v. 80, n. 3, p. 587-600, jul. 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2201776>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BURGIS, M. Discourses of Division: Law, Politics and the ICJ Advisory Opinion on the Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory. *Chinese Journal of International Law*, v. 7, n. 1, p.33-63, 2008. Disponível em: <<http://chinesejil.oxfordjournals.org/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CARSWELL, A. J. Unblocking the UN Security Council: The Uniting for Peace Resolution 18 *Journal of Conflict & Security Law* 3 (2013) 453.

CHANAIWA, D. Capítulo 10: A África Austral. In: MAZRUI Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds.) *História Geral da África VIII África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.

DAOUDY, M. A Missed Chance for Peace: Israel and Syria's Negotiations over the Golã Heights. *Journal of International Affairs*, v. 61, n. 2, p. 215-234, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24358120>>.

DUARTE, C. A. *et al.* Sexta Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNUH) Guia de Estudos. SINUS, 2014.

EDITORIAL NOTE 195. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1958–1960, LEBANON AND JORDAN, VOLUME XI. Office of the Historian. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v11/d195>>. Acesso em : 26 nov. 2016.

EFRAIM, D. La Crisis del Canal de Suez en 1956: El Fin de una Época en el Medio Oriente y el Comienzo de Otra. *HAOL*, Universidad de Huelva, Espanha, n.10, p.145-153, 2006.

ELDOY, M. Opprør, infiltrasjon og intervensjon: Korleis FN og UNOGIL medverka til at den libanesiske krise i 1958 vart løyst. 2010. 72 f. Abstract da Dissertação (Mestrado em História) – The University of Bergen. 2010.

EMINUE, O; DICKSON, M. The United Nations Resolutions on Syria: Exploration of Motivation from Russia and China. *International Affairs and Global Strategy*, v. 10, p 5-13, 2013. Disponível em: < [http://pakacademicsearch.com/pdf-files/art/447/5-13%20Vol%2010,%20No%201%20\(2013\).pdf](http://pakacademicsearch.com/pdf-files/art/447/5-13%20Vol%2010,%20No%201%20(2013).pdf) >. Acesso em: 19 jan. 2017.

FIRST UNITED NATIONS EMERGENCY FORCE (UNEF I). Background (Full Text). Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef1backgr2.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

GAFUIK, N. More than a Peacemaker: Canada's Cold War Policy and the Suez Crisis, 1948-1956. out. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Department of History, Mc Gill University, Montreal. out. 2004.

GASSER, H.P. Internationalized Non-International Armed Conflicts: Case Studies of Afghanistan, Kampuchea, and Lebanon. *The American University Law Review*, v. 33, n. 1, p. 145-161, 1983.

GENERAL ASSEMBLY. *International Organization*, v. 11, n. 01, p. 73-102, 1957. Disponível em:< <http://www.jstor.org/stable/2705050> >. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. *International Organization*, v. 12, n. 04, p. 486-503, 1958. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2704570> >. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. *International Organization*, v.14, n. 04, p. 563-575, 1960. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2705075>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

_____. *International Organization*, v. 22, n. 02, p. 557-594, 1968. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2705803> >. Acesso em: 3 ago. 2016.

GLOBAL SECURITY. Operation Blue Bat – 1958. Disponível em:<http://www.globalsecurity.org/military/ops/blue_bat.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

HOBBS, N. The UN and the Congo Crisis of 1960. *Harvey M. Applebaum '59 Award*. Paper 6. Disponível em: <http://elischolar.library.yale.edu/applebaum_award/6?utm_source=elischolar.library.yale.edu%2Fapplebaum_award%2F6&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages>. Acesso em: 19 dez. 2016.

HOSSAIN, K. The complementary role of the United Nations General Assembly in Peace Management. In: *USAK Yearbook*, vol. 2, 2009, p. 69-87. 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. Uniting for Peace in Syria: Global Civil Society Appeal to UN Member States. dez. 2016. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2016/12/01/uniting-peace-syria-global-civil-society-appeal-un-member-states>>. Acesso em: 19 dez. 2016

KELSEN, H. Is the Acheson Plan Constitutional? *The Western Political Quarterly*, v.3, n. 4, p. 512-527, dez., 1950. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/442511>>.

KIRPATRICK, J. J. Legitimacy and Force. Vol. II, National and International Dimensions. Transactions. New Brunswick, New Jersey, 1988.

KOUASSI, E. K. Capítulo 29: A África e a Organização das Nações Unidas. In: MAZRUI Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds.) *História Geral da África VIII África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1035 – 1094.

KRAMER, M. The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings. *Journal of Contemporary History*, v.33, n.2, p. 163-214, 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/260972>>. Acesso em: 09 set. 2015.

KRASNO, J; DAS, M. 9. The Uniting for Peace and other ways of circumventing the authority of the Council. In: CRONIN, B et HURD, I (Eds.). *The UN Security Council and the Politics of International Authority*. Oxon: Routledge, 2008. p. 173-195. Disponível em: <>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LEPRETTE, J. Le Conseil de sécurité et la Résolution 377 A (1950). *Annuaire français de droit international*, v. 34, p. 424-435, 1988. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/afdi_0066-3085_1988_num_34_1_2847>. Acesso em: 11 jan. 2017.

MAHLKE, H. Solidariedade ou Ingerência?: Uma Análise Crítica das Intervenções Humanitárias face à Responsabilidade de Proteger. In: 10º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012. v. I.

MC CAULEY, B. “Hungary and Suez, 1956: The Limits of Soviet and American Power”. *Journal of Contemporary History*, v.16, n.4. p. 777-800, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/260346>>. Acesso em: 09 set. 2015.

MILLER, E. M. Legal Aspects of the United Nations Action in the Congo. *The American Journal of International Law*, v; 55, n.1. p. 1-28, 1961. Disponível em:

<<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/ajil55&div=8&id=&page=>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

NANDA, V.P. Self-Determination Under International Law: Validity of Claims to Secede. *Case Western Reserve Journal of International Law*, v.13, n.2, p. 257-280, 1981. Disponível em <<http://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1871&context=jil> >. Acesso em: 9 jan. 2017.

NASCIMENTO, P. H. L. *et al.* A encruzilhada afegã: como o Afeganistão mudou nossos entendimentos sobre as relações internacionais. Brasília: 2014. p. 420-450. Disponível em :< <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/AGNUH.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

O'MALLEY, A. Ghana, India, and the Transnational Dynamics of the Congo Crisis at the United Nations, 1960–1. *The International History Review*, DOI, jun. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1080/07075332.2015.1051082> >. Acesso em: 9 ago. 2016.

OLGYAY, G. The Hungarian Revolution and the United Nations: Limitations of Parliamentary Diplomacy. 1971. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência Política, Relações Internacionais e Direito Internacional) – Departamento de Governo e Estudos Internacionais, Notre Dame University, Notre Dame, 1971.

PETERSEN, K. The Uses of the Uniting for Peace Resolution since 1950. *International Organization*, v. 13, n. 02, p. 219-232, 1959. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2704390>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

PHILIPP, P. Calendário Histórico - 1958: Criação da República Árabe Unida. Disponível em: <<http://dw.com/p/1Fmf>>. Acesso em: 4 jan. 2017

PINI, A. M. A Descolonização da Namíbia: As Negociações Diplomáticas Multilaterais e a Guerra de Independência. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PRANTL, J. 8. The role of informal negotiations processes in breaking deadlocks: the UN Security Council. In: NARLIKAR, A. (Ed.). *Deadlocks in Multilateral Negotiations: Causes and Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010. p. 188-209.

PRASAD, D. M. Ceylon's Foreign Policy Under the Bandaranaike 1956—65: A Study in the Emergence and Role of Non-Alignment. *The Indian Journal of Political Science*,

v. 33, n. 3, p. 271-290, jul./set. 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41854513>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

POPP, R. Stumbling Decidedly into the Six-Day War. *Middle East Journal*, v. 60, n.2, p. 281-309, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Roland_Popp3/publication/236885756_Stumbling_Decidedly_into_the_Six-Day_War/links/5472e71a0cf216f8cfae8ee2.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

RAMSDEN, M. Uniting for Peace and Humanitarian Intervention: The Authorising Function of the UN General Assembly. *Pac. Rim L. & Pol'y J.* 25 (2016): 267.

REICHER, H. The Uniting for Peace Resolution on the Thirtieth Anniversary of its Passage. *Columbia Journal of Transnational Law*, v. 20, n.1, p. 1-49, 1981.

REFUGEE MAGAZINE. The Hungarians Refugees, 50 Years On. v. 3, n. 144, 2006. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4523cb392.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RODRIGUES, G. O. *et al.* A Primeira Rachadura na Cortina de Ferro: A Hungria contra a hegemonia soviética. In: ARAÚJO *et al.* (Orgs.) *Permitir (ser): empoderamento e interculturalidade no cenário político global*. Brasília: 2016. p. 348 – 376.

SECURITY COUNCIL REPORT. Security Council Deadlocks and Uniting for Peace: An Abridged History. out. 2013. Disponível em <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Security_Council_Deadlocks_and_Uniting_for_Peace.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SOUSSI, A. Legacy of US' 1958 Lebanon invasion. *Al Jazeera*, 15 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/07/201371411160525538.html>>.

SWARTZ, M. A New Look at the 1956 Hungarian Revolution: Soviet Opportunism, American Acquiescence. 1988. 642 f. Tese – The Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University, Medford, 1988.

TAL, L. Britain and the Jordan Crisis of 1958. *Middle Eastern Studies*, v. 31, n. 1, p. 39-57, jan. 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4283698>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

TRUDEAU, N. United Nations Update. *Human Rights Brief*, v. 11, n. 2, p. 34-37, 2004. Disponível em: <<http://digitalcommons.wcl.american.edu/hrbrief/vol11/iss2/10>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

UNITED NATIONS. Official Records of the General Assembly: Seventh Emergency Special Session. Verbatim Records of the Eleventh Meeting, 30 July 1980. jul. 1980. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/ES-7/PV.11>. Acesso em: 9 jan. 2017.

_____. Official Records of the General Assembly: Eight Emergency Special Session. Plenary Meetings. Verbatim Records of Meetings. Annexes. 3-14 September 1981.

_____. Report of the Special Committee on the Problem of Hungary. *GENERAL ASSEMBLY OFFICIAL RECORDS: ELEVENTH SESSION SUPPLEMENT No. 18 (A/3592)*. New York. 1957.

_____. CONVENING OF THE SESSION Note by the Secretary-General 1997. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/ES-10/1>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninth Emergency Special Session Official Records. 2nd Plenary Meeting. Friday 29, January, 1982.

UNITED NATIONS OBSERVATION GROUP IN LEBANON (UNOGIL) – Background. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unogilbackgr.html>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Background (Full Text). Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef1backgr2.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *Resolution 242 (1967)*. Disponível em: <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. *Resolution 497 (1981)*. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Golan%20Heights%20SRES497.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

VALENTA, J. Revolutionary Change, Soviet Intervention, and “Normalization” in East-Central Europe. *Comparative Politics*, v.16, n.2, p. 127- 151, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421602>>. Acesso em: 8 set. 2015.

WEINER, R.; AZIRA, C. A. A. War, the United Nations, and Peacekeeping. In: *New England Journal of Public Policy*, v. 27 n. 1 Article 8 6 jan. 2015.

WEISS, T.; FORSYTHE, D. P. and COATE, R. A. The Reality of UN Security Efforts During the Cold War. In: _____. (Org.). *United Nations and Changing World Politics*. Oxford: Westview Press.1997. p. 46-63.

WRIGHT, Q. Intervention, 1956. *The American Journal of International Law*, v. 51, n. 2, p. 257-276, 1957. Disponível em :<<http://www.jstor.org/stable/2195707>>. Acesso em: 09 set. 2015.